

O TOMBAMENTO COMO PRÁTICA SOCIAL:
A ATUAÇÃO DO IPHAN EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

SILVIANE DE SOUZA VIEIRA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE - UENF

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ
OUTUBRO – 2003

O TOMBAMENTO COMO PRÁTICA SOCIAL:
A ATUAÇÃO DO IPHAN EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

SILVIANE DE SOUZA VIEIRA

“Dissertação apresentada ao Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais”.

Orientadora: Prof.^a Simonne Teixeira

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ
OUTUBRO - 2003

FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca do **CCH / UENF**

020/2003

Vieira, Silviane de Souza

O tombamento como prática social: a atuação do IPHAN em Campos dos Goytacazes./ Silviane de Souza Vieira. – 2003.
89 f. il.

Orientador: Simone Teixeira

Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem. Campos dos Goytacazes, RJ, 2003.

Bibliografia: f. 84 - 89.

1. Patrimônio Cultural 2. Patrimônio Cultural – proteção – Campos dos Goytacazes, RJ 3. IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Centro de Ciências do Homem. II. Título.

CDD – 363.69

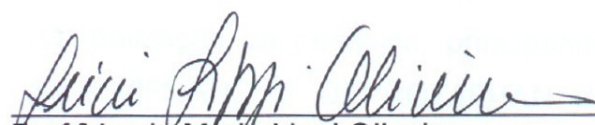
O TOMBAMENTO COMO PRÁTICA SOCIAL:
A ATUAÇÃO DO IPHAN EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

SILVIANE DE SOUZA VIEIRA

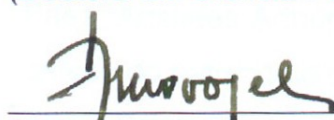
"Dissertação apresentada ao Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais".

Aprovada em 21 de outubro de 2003

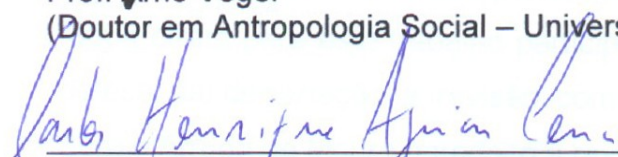
Comissão Examinadora:



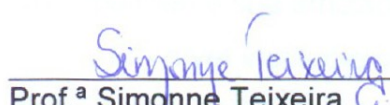
Prof.^a Lucia Maria Lippi Oliveira
(Doutora em Ciência Política – Universidade de São Paulo)



Prof. Arno Vogel
(Doutor em Antropologia Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro)



Prof. Carlos Henrique Aguiar Serra
(Doutor em História – Universidade Federal Fluminense)



Prof.^a Simone Teixeira
Doutora em Filosofia e Letras (Seção História) – Universitat Autònoma de Barcelona
Orientadora

AGRADECIMENTOS

Palavras para agradecer são sempre difíceis, não por falta do sentimento de gratidão, mas talvez por falta de medida. Como medir o quanto alguém faz, se às vezes pequenos gestos que podem passar despercebidos significam muito? Lugar comum em agradecimentos também é afirmar que injustiças são cometidas. O que fazer? É verdade mesmo. Só resta tentar. Portanto, aos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho, a minha gratidão desmedida.

Alguns agradecimentos específicos não poderiam deixar de ser feitos. Agradeço à minha família pelo afeto e pelo apoio durante os estudos. Aos meus colegas e professores do mestrado pela troca de idéias e por todos os momentos passados. Aos amigos agradeço o interesse e a alguns a ajuda em determinadas ações: André Henrique na obtenção de algumas bibliografias, Marcele na leitura de algumas partes e nas longas conversas, Ruth Onimis na lida com os textos em francês e Dona M^a José, ou simplesmente Dedé, na acolhida durante minhas pesquisas no Rio de Janeiro

Minha gratidão a todos que me receberam nas instituições pelas quais passei na realização da pesquisa, principalmente aos funcionários do Arquivo Noronha Santos/IPHAN, do DEPROT/IPHAN e do arquivo do jornal *Monitor Campista*. Ressalto também o valor da troca de informações com os Professores Sylvia Márcia Paes, Aristides Arthur Sofiatti e Leonardo Vasconcelos Silva, sempre militantes na defesa do patrimônio cultural campista.

Sou grata também aos professores que em algum momento contribuíram de forma direta para este trabalho participando das bancas de defesa de projeto, pré-defesa da dissertação e revisão com críticas e sugestões pertinentes. Ao Prof. Sérgio Arruda de Moura agradeço a revisão do texto.

Por fim, ressalto que este trabalho não teria se realizado sem a orientação da Prof.^a Simone Teixeira, cujo crédito em minhas capacidades foi sempre um incentivo e cuja generosidade em compartilhar sua visão, seus livros e principalmente sua amizade tem marcado minha trajetória acadêmica.

Em nível institucional, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais pela oportunidade de desenvolver este trabalho, e a Fenorte e a UENF pelo apoio financeiro ao longo do curso.

SUMÁRIO

Resumo	V
Abstract	VI
Relação de tabelas, mapas e fotos	VII
Introdução	08
1. Patrimônio, memória e identidade	13
2. O ato de preservar	25
2.1. Preservação do patrimônio no Brasil	25
2.2. O tombamento dentro das políticas culturais	33
3. IPHAN em Campos: o que se preserva, quem preserva	39
3.1. O caráter dos processos	40
3.2. As particularidades dos tombamentos	45
3.2.1. Solar dos Airizes	51
3.2.2. Capela de N. Sra. do Rosário do Visconde	55
3.2.3. Solar do Visconde	56
3.2.4. Solar do Colégio	59
3.2.5. Solar de Santo Antônio	63
3.2.6. Igreja Mãe dos Homens e antiga Santa Casa	67
3.2.7. Solar da Baronesa de Muriaé	72
3.2.8. Processos em estudo: Igreja N. Sra. da Lapa, Instituto Presídio Norte do Estado e Canal Campos-Macaé.	75
Conclusão	79
Fontes e Bibliografia	84

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo discutir a prática do tombamento, enquanto parte das políticas de preservação adotadas pela administração federal, utilizando como campo de estudo a cidade de Campos dos Goytacazes, RJ.

Partindo-se da hipótese de que o tombamento constitui uma ação restrita socialmente – enquanto prática existente em um campo de poder –, foram propostas duas questões a serem respondidas. Primeiramente buscou-se saber se nesta cidade os tombamentos refletem os paradigmas adotados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Ao mesmo tempo, procurou-se apreender quem constrói a memória através dos tombamentos em Campos.

O dados foram coletados primordialmente nos processos de tombamento referentes a imóveis em Campos e toda documentação a eles referentes nos Arquivos do IPHAN. Foram utilizados também periódicos como fonte de pesquisa.

Ao final foi possível responder as questões propostas, entendendo como os processos em Campos refletem a realidade do IPHAN ao longo do tempo e percebendo a presença de atores específicos agindo neste campo.

A resposta a estes questionamentos possibilitou uma maior compreensão da dinâmica social e das ações do poder público na definição do patrimônio nacional, o que diz respeito à construção da memória e identidade sociais.

ABSTRACT

The dissertation aims to discuss the practice of *tombamento* as part of preservation policies adopted by federal administration, and takes Campos dos Goytacazes as the object of study. In order to attend such aim, two questions were proposed. First, we intended to know if the *tombamento* en Campos reflected the paradigms adopted by IPHAN (National Artistic and Historic Patrimony). Second, we intended to apprehend the way how memory is built through the practice of *tombamento* in Campos.

The data were collected from the analysis of process of *tombamento* referred to Campos' building and the documentation belonging to IPHAN Archive as well as the press media (regular newspaper of the period) used as source of research.

At the end, it was possible to answer to the questions initially proposed: The *tombamento* process in Campos are according to IPHAN long time reality, and the presence of specific actors acting in this purpose.

The answer to the questions made possible a wider comprehension of the social dynamics as well as the public policies action in the definition of national patrimony concerning to the construction of memory and social identity.

RELAÇÃO DE TABELAS, MAPAS E FOTOS

Tabela 1 – Processos no IPHAN referentes a imóveis em Campos dos Goytacazes	39
Mapa 1 – Localização dos imóveis tombados em Campos dos Goytacazes	48
Foto 1 – Solar dos Airizes (Acervo pessoal)	49
Foto 2 – Capela N. Sra. do Rosário do Visconde (Acervo pessoal)	53
Foto 3 – Solar do Visconde (Fazenda do Visconde, s/ autor, Arquivo Noronha Santos/DID/IPHAN, nº 19963/s.neg.; 5061958.jpg)	53
Foto 4 – Solar do Visconde e Capela N. Sra. do Rosário do Visconde (Fazenda do Visconde, Eric Hess, Arquivo Noronha Santos/DID/IPHAN, nº 19965/s.neg.; 5061957.jpg)	53
Foto 5 – Solar do Colégio (Acervo pessoal)	57
Foto 6 – Solar de Santo Antônio (Acervo pessoal)	61
Foto 7 – Igreja Mãe dos Homens e antiga Santa Casa (Igreja Mãe dos Homens, Eric Hess, Arquivo Noronha Santos/DID/IPHAN, nº 20036/s.neg.; 5061956.jpg)	65
Foto 8 – Solar da Baronesa de Muriaé (Acervo pessoal)	70
Foto 9 – Igreja N. Sra. da Lapa (Acervo pessoal)	74
Foto 10 – Instituto Presídio do Norte do Estado (Acervo pessoal)	74
Foto 11 – Canal artificial entre Campos e Macaé (Acervo pessoal)	74

INTRODUÇÃO

A sociedade, em seus diversos aspectos, engloba uma infinidade de questões a serem estudadas. Um destes aspectos é a relação da sociedade com a sua própria cultura, o que implica em inúmeras outras relações. O campo da cultura é muito amplo, e sua própria definição apresenta-se de forma complexa. De modo geral, pode-se afirmar que "cultura remete à idéia de uma forma que caracteriza o modo de vida de uma comunidade em seu aspecto global totalizante" (Teixeira Coelho, 1999:103).

Faz parte deste modo de vida a ligação dos indivíduos com os seus lugares históricos, o que, juntamente com outros fatores, demanda ações específicas de administração destas relações. O que se chama de política cultural abarca portanto a questão da preservação do patrimônio, que por sua vez têm encontrado lugar em diversas discussões no campo científico, na atualidade.

Segundo Eunice R. Durham (1984:26), a idéia central do conceito antropológico de cultura ressalta a particularidade humana de apresentar "muito poucas orientações intrínsecas, geneticamente transmitidas para organizar seu comportamento". Isto é, o comportamento humano constituindo algo muito mais artificial do que natural. De tal idéia decorre uma noção de cultura muito interessante que a coloca "como alguma coisa que é constantemente recriada e reutilizada, instrumento básico de toda a ação humana" (Ibid.:29).

Por conseguinte, pode-se afirmar que o patrimônio de uma nação, enquanto parte da cultura de um povo, compartilha deste caráter de constante criação, e porque não dizer, construção. Durham (1984:31) lembra que esse caráter de criação coletiva, numa sociedade diferenciada como a brasileira, é exercido de forma particular, na medida em que "o acesso de grupos e classes sociais a esse patrimônio é diferencial, assim como é diferente a contribuição dos diversos segmentos para a construção dessa obra coletiva".

Entendendo o tombamento, executado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, como uma destas formas de construção, talvez a mais

marcante, definindo o patrimônio nacional brasileiro, pode-se tomá-lo como um importante indicador desta diferenciação de contribuição no produto coletivo.

Neste trabalho entende-se a prática do tombamento, enquanto promotora de um status especial a um monumento e como representativa de um poder de ação. Importa assim entender as diferentes contribuições, procurando perceber quem atua, além dos profissionais, para a prática da definição da identidade da nação através do patrimônio.

A cidade de Campos dos Goytacazes possui alguns bens tombados pelo IPHAN. Estes se apresentam de forma diferente para a sociedade, alguns em uso, outros não, alguns restaurados, outros prestes a ruir, mas todos intitulados patrimônio nacional. Inicialmente este seria o enfoque deste estudo: o questionamento da garantia de preservação através do tombamento. No entanto, para se fazer tal questionamento, deve-se analisar fatores anteriores, dos quais decorre esta diferenciação de resultados. Destaca-se entre estes o momento de seleção destes bens, principal conteúdo dos processos de tombamento – definidos como fonte principal da pesquisa. Interessa discutir nesta seleção quem fez parte deste processo, o que pode explicar, em parte, o tratamento diferenciado destes bens na atualidade e até mesmo a incorporação, ou não, deste valor especial pela sociedade.

Este trabalho teve, portanto, como objetivo discutir a prática do tombamento, enquanto parte das políticas de preservação adotadas pela administração federal, utilizando como campo de estudo a cidade de Campos dos Goytacazes. A partir da hipótese de que o tombamento constitui uma ação socialmente restrita – enquanto prática existente dentro de um campo de poder –, seguindo os padrões de atuação do IPHAN, em suas diferentes fases, foram propostas dois questionamentos principais: saber se nesta cidade os tombamentos refletem os paradigmas adotados pelo IPHAN e observar quem constrói a memória através dos tombamentos em Campos.

Na realização da pesquisa, o primeiro passo foi o levantamento bibliográfico acerca do tema abordado, para então compor um quadro de referências adequado à análise dos dados. O levantamento se deu em bibliotecas particulares, universitárias, na Biblioteca Nacional e na Biblioteca Noronha Santos, no próprio IPHAN.

Em princípio, destacaram-se os autores que tratam a questão do patrimônio em suas origens e na atualidade, relacionando-os aos trabalhos acerca da construção da memória e identidade sociais. Ressaltam-se os estudos de Choay (2001) e de Chastel (1997) por tratarem particularmente do conceito de patrimônio. Para abordar a questão da memória os trabalhos de Nora (1997) e Pollak (1992, 1989) foram imprescindíveis, e Santos (1993; 1996) e Candau (1998) trouxeram um panorama sobre alguns aspectos do tema. Giddens (2002) e Hall (2002) tratam da questão da identidade no período atual, enquanto Fortuna (1993) trabalha diretamente com a relação entre esta e os monumentos tidos como patrimônio, ao mesmo tempo em que aborda a memória social. Por fim, Bourdieu contribuiu fundamentalmente para analisar as restrições práticas da preservação, no que diz respeito aos atores participantes no processo, já relacionado ao caso brasileiro.

Fez-se necessário trabalhar a questão da preservação no Brasil, destacando o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como o grande catalisador de tais ações. Os trabalhos de Santos (1996) e Gonçalves (1996) versaram sobre o funcionamento do Instituto, privilegiando os fatores que determinaram sua forma de atuação na preservação do patrimônio brasileiro. Pode-se assim comparar as práticas adotadas em Campos, enquadrando-as, ou não, dentro das afirmações de autores que versaram sobre o assunto. Neste sentido os trabalhos de Rubino (1996) e Fonseca (1997) destacam-se, por se tratarem de estudos feitos a partir dos processos de tombamento, referentes a toda área nacional, cujas conclusões serviram de ponto de comparação. Além disso, outros autores que tratam a questão da preservação do patrimônio de forma geral também foram consultados.

A pesquisa, de cunho qualitativo, constituiu-se de uma análise documental, tendo como principal fonte primária os processos de tombamento, conclusos e em estudo, encontrados no Arquivo Noronha Santos (IPHAN/Minc) e Departamento de Proteção (DEPROT/IPHAN), respectivamente. Os processos ocorreram entre os anos de 1938 e 2000, contemplando um amplo período, o que pode representar certa dificuldade. Esta não se agravou na medida em que se está observando a atuação de uma instituição sobre a qual as análises feitas por outros autores dão conta de situá-la dentro da realidade histórica brasileira.

Os processos referentes a Campos são relacionados abaixo.

Conclusos:

- Solar dos Airizes	177-T-38	
- Solar do Colégio	175-T-38	
- Solar de Santo Antônio	176-T-38	
- Capela N. Sra. do Rosário do Visconde	174-T-39	
- Solar do Visconde	174-T-39	
- Igreja Mãe dos Homens e Santa Casa de Misericórdia de Campos	519-T-55	Destombado em 1961
- Solar da Baronesa de Muriaé	890-T-73	

Em estudo:

- Igreja N. S. da Lapa	1002-T-79
- Presídio do Instituto do Norte do Estado	1277-T-88
- Canal Campos-Macaé	1462-T-00

O principal procedimento foi retirar dos documentos os elementos necessários a responder os questionamentos propostos. Nos processos foram buscadas algumas informações específicas: as datas de início e conclusão dos processos, o caráter destas conclusões, a origem dos pedidos, os argumentos utilizados como justificativa, os atores envolvidos, além de quaisquer outras informações que pudessem contribuir para o entendimento da questão.

Para completar as informações dos processos foram consultadas as séries documentais: HISTÓRICO, OBRAS e TÉCNICO ADMINISTRATIVO, pertencentes ao Arquivo Noronha Santos. Nestes documentos encontram-se diversos dados históricos referentes aos bens tombados, obras requisitadas e/ou efetuadas, documentação administrativa, ofícios, além de reportagens em jornais e fotografias.

Com a delimitação de datas-chave, a partir de indicações dos próprios documentos estudados, fez-se uma pesquisa no periódico "Monitor Campista". Foi possível entender, em parte, a realidade campista no momento em que se começa a falar em patrimônio histórico nacional, perceber algum tipo de mobilização, ou a ausência desta, em relação ao tema e obter informações acerca da situação do patrimônio local e sua relação com o órgão federal de preservação. Foram consultados: o ano referente à fundação do IPHAN, as datas em que os bens foram tombados, incluindo períodos próximos, datas de matérias jornalísticas anexadas

aos processos ou enviadas ao arquivo, além do ano de destombamento da Igreja Mãe dos Homens. A partir destas consultas foi possível entender um pouco do contexto que permeava as ações do IPHAN e como estas se refletiam, ou não, na cidade.

Com as informações coletadas e organizadas, procedeu-se a um agrupamento de acordo com cada imóvel estudado, pois os documentos em arquivo não são, em sua maior parte, agrupados por bens, mas sim por outros critérios que formam as diferentes séries. O objetivo foi reconstruir as ações que envolveram a preservação e levaram ao status de bem tombado. Fez-se uma análise comparativa com dados de outros estudos, referentes a ações de preservação em âmbito nacional. Uma outra reflexão realizou-se na abordagem de cada imóvel separadamente, trazendo à tona, de forma sistematizada, informações pouco divulgadas ou desconhecidas em relação ao patrimônio da cidade de Campos e entendendo quais os fatores determinantes na ação preservacionista dentro do campo de estudo.

Foram realizadas também algumas visitas aos imóveis e efetuado um levantamento fotográfico com o objetivo de verificar a atual situação física e utilitária dos bens. Tais procedimentos não se realizaram de forma aprofundada, mas contribuíram no resultado final do estudo.

Pode-se chegar assim a algumas conclusões acerca da prática do tombamento no município estudado e realizar algumas reflexões ligadas à prática nacional e especialmente à construção da memória e identidade sociais.

O que segue são os resultados obtidos na realização deste estudo. No primeiro capítulo é abordada a questão do patrimônio cultural. São feitas algumas considerações acerca do patrimônio, a transformação de seu sentido ao longo do tempo, observando sua interação com a memória e a identidade sociais.

A seguir, no segundo capítulo, trata-se a questão da preservação do patrimônio dentro da realidade brasileira, destacando o tombamento como principal prática adotada neste sentido.

No terceiro e último capítulo são tratados os processos de tombamento referentes à cidade de Campos dos Goytacazes, enquanto campo de estudo. Faz-se uma comparação geral com a realidade nacional e analisa-se particularmente cada imóvel, visando atingir os objetivos propostos, para, então, apresentar as principais conclusões.

1. PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E IDENTIDADE

A questão do patrimônio tem recebido diferentes abordagens, por diversos autores. Sendo o objetivo deste trabalho abordar a questão da preservação do patrimônio cultural efetivada na prática do tombamento, faz-se necessário primeiramente considerar alguns pontos gerais sobre o que venha a ser patrimônio. Não se trata de um histórico do termo, mas de considerar alguns aspectos relevantes do que foi dito por alguns autores que trataram o tema. Delimitou-se como centro de discussão a relação do patrimônio com a identidade e a memória sociais. Esta interação é freqüentemente citada e tomada como ponto de análise em vários estudos.

Deixando de lado os significados mais remotos do termo patrimônio, ligados às questões de herança ou bens de família, há consenso em afirmar que a noção conhecida por patrimônio histórico apresenta-se primordialmente atrelada ao surgimento dos Estados Nacionais em fins do século XVIII, especificamente a partir da Revolução Francesa. O patrimônio delimitado servia aos interesses de afirmação destes Estados nascentes, que necessitavam de marcos que auxiliassem na fundamentação de seus alicerces.

Considera-se a constituição de patrimônios históricos e artísticos nacionais como uma prática característica dos Estados modernos, atuando através de determinados agentes oriundos de meios intelectuais, que, baseados em "instrumentos jurídicos específicos, delimitam um conjunto de bens no espaço público" (Fonseca, 1997:11). Esta valorização demanda que estes bens selecionados sejam protegidos, porque são considerados manifestações da cultura e símbolos da nação a serem perpetuados. O principal valor atrelado a estes bens, além do histórico, artístico ou etnográfico, é o valor nacional, forjado num "sentimento de pertencimento a uma comunidade, no caso a nação" (Ibid.:31).

Desde seu surgimento, tal concepção se afirmou e "consagrou", não se alterando de forma radical até chegar a tempos mais recentes. E, ainda assim, como

será visto posteriormente, mesmo se modificando em alguns aspectos a forma de delimitar o patrimônio, a questão nacional permanece em seu âmago.

Por volta dos anos de 1960, a forma de considerar o patrimônio passou por uma metamorfose contundente na medida em que começou a se aproximar da chamada indústria cultural¹. Françoise Choay (2001) destaca alguns fatores que contribuíram para tal transformação.

Ocorreu neste período uma "mundialização dos valores e das referências ocidentais", que difundia uma concepção universal de patrimônio que deveria ser defendido por toda a "coletividade internacional". As práticas patrimoniais se expandiram, seguindo critérios estabelecidos nos anos de 1970, pela UNESCO. Os Estados tomavam a existência de patrimônios universais em seu território como questão de prestígio, seguindo a "universalidade do sistema ocidental de pensamento e de valores" em relação ao tema (Choay, 2001:207-208).

Tal período foi marcado também pelas "descobertas da arqueologia e o refinamento do projeto memorial das ciências" que "determinaram a expansão do campo cronológico no qual se inscrevem os monumentos históricos", transportando estes últimos para um passado cada vez mais próximo. De forma paralela, ocorreu uma expansão tipológica do patrimônio histórico; estabelecido não mais somente pelo seu caráter memorial ou de prestígio, mas por questões técnicas. Houve grande inclusão de edifícios da segunda metade do século XIX e século XX nos bens a serem preservados (Choay, 2001:209).

Por último, Choay (2001:210) destaca o "grande projeto de democratização do saber" herdado do Iluminismo e reanimado pelo desejo moderno de acabar com as diferenças e privilégios no acesso aos valores intelectuais e artísticos. Atrelado a isto, desenvolveu-se a sociedade de lazer, juntamente com o turismo cultural, aumentando em grande número o público espectador do patrimônio.

O patrimônio histórico passou, assim, a uma dupla funcionalidade: "obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos; mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos" (Choay, 2001:211).

¹ Esta é caracterizada por submeter a cultura aos mesmos princípios da produção econômica geral. A cultura "não é mais vista como instrumento da livre expressão e do conhecimento mas como produto permutável por dinheiro e consumível como qualquer outro produto (...)" (Teixeira Coelho, 1999:217).

Atualmente a questão do consumo dos patrimônios encontra-se ainda mais evidente. Carlos Fortuna (1997:129) conclui em sua análise sobre a apropriação de ruínas, monumentos e museus que estes

tendem a ser fundamentalmente percebidos como elementos da estetização dos ambientes vividos na cidade, por meio dos quais os indivíduos procuram ou obter níveis elevados de satisfação pessoal, ou alcançar patamares de evasão das suas rotinas, ou ambos.

Mesmo assim este autor também reconhece que "os monumentos, como de resto todo o conjunto histórico e cultural de uma nação, têm uma função agregadora", ainda que pela "sua capacidade de sedução e de excitação dos sentidos dos que os visitam ou veneram" (Fortuna, 1997:136).

Além da crescente valoração econômica, outras discussões têm permeado o conceito de patrimônio. Tal termo não possui uma definição universal; diferentes atribuições lhe foram feitas, dando origem a várias perspectivas como a do global versus local, guarda versus uso, valores eruditos versus valores populares. Mas, pode-se afirmar que a idéia de patrimônio "desempenhou um papel histórico em relação ao conceito de nação" (Bourdin, 1987:3).

André Chastel (1997:1433) afirma as novas dimensões do patrimônio e sua ampliação nos dias atuais, o que dá origem a desdobramentos como patrimônio cultural, ecológico, genético e muitos outros que possam surgir. Mas, ainda que se desdobre, "en s'élargissant, la notion prend une valeur affective plus marquée pour désigner certaines conditions fondamentales de l'existence nationale, voire de l'existence humaine"².

Percebe-se que a dimensão simbólica, em relação à representação da nação, permanece. Este papel continua a ser desempenhado, embora em outros termos. Há uma tendência em aproximar essas discussões com a sociedade, na medida em que esta também passa a reivindicar o patrimônio como um direito.

A própria denominação alterou-se com o tempo. Atualmente utiliza-se preferencialmente o termo patrimônio cultural ou bens culturais e não mais patrimônio histórico e artístico nacional (embora ainda sejam utilizados). Percebe-se nesta diferente denominação a indicação de uma nova abordagem do patrimônio. Eunice R. Durham (1984:30) resume, de certa, forma, esta nova tendência: o patrimônio cultural deve ser concebido "em função do significado que possui para a

² (...) "se ampliando, a noção toma um valor afetivo mais marcado por designar determinadas condições fundamentais da existência nacional, mesmo da existência humana." (tradução da autora)

população, reconhecendo que o elemento básico na percepção do significado de um bem cultural reside no uso que dele é feito pela sociedade".

Entendendo, neste trabalho, que a questão do patrimônio não é estática, percebe-se uma constante alteração do seu sentido a partir do momento em que esta se insere na dinâmica social. Alain Bourdin (1987:3) considera que o "patrimônio cultural é o lugar de desafios sociais". Partindo dessa afirmação pode-se desenvolver uma concepção um pouco mais complexa, a de que o patrimônio é "um elemento que serve para construir ou para fundar o vínculo social".

De acordo com M^a Beatriz S. de R. Silva (1996:165), apesar das dificuldades na determinação do patrimônio cultural de um povo, "uma vez identificado é incontestável a sua importância para a 'construção da identidade e da memória' e o 'pleno exercício da cidadania'". Tais acontecimentos, entretanto, não são obra do acaso ou ocorrem de forma automática, pois, "tanto o exercício da memória, quanto a formação da identidade são, a nível individual, capacidades humanas" como qualquer outra, mas "quando tomadas coletivamente, passam à categoria de direitos a conquistar, aos quais o maior obstáculo parece ser o interesse individual ou corporativo".

A ênfase agora, portanto, se encontra no envolvimento da sociedade nas questões do patrimônio, considerando-se que é a partir desta que se constrói a nação. Disto decorre o envolvimento da memória e da identidade sociais, na medida em que o patrimônio participa de sua fundamentação e é também afetado por sua constante transformação. Deste ponto de vista é que o patrimônio será abordado neste trabalho, em sua relação com a memória e a identidade. Para prosseguir, faz-se necessário abordar algumas implicações desta relação.

* * *

A questão da memória social tem sido tomada sob diferentes perspectivas. É interessante a abordagem sob o aspecto de que a memória implica tanto o lembrar quanto o esquecer. Tal afirmação leva a falar-se, além de memória, também de amnésia ou esquecimento coletivo.

Myrian Santos, em trabalho sobre a amnésia coletiva, observa que vários sociólogos têm encarado a realidade vivida atualmente como um momento no qual os "sentimentos, práticas coletivas e vínculos interpessoais presentes em antigas

comunidades" foram substituídas pela competitividade, racionalidade e informatização da sociedade contemporânea. Por outro lado, outros adotam a perspectiva de que todo o desenvolvimento tecnológico e as transformações nas relações com o tempo e o espaço não significam "alienação e amnésia, mas, pelo contrário, o encontro entre múltiplas e diferentes culturas", o que gera um enriquecimento cultural e a atualização do passado. De qualquer forma, a autora apenas confirma a dupla dimensão da memória, "a 'amnésia coletiva' nada mais é do que o esquecimento de determinados aspectos para que outros sobrevivam" (Santos, 1993:71).

Le Goff (1996:426), em seu ensaio sobre a memória aborda o seu desenrolar através dos tempos, desde as sociedades sem escrita até os desenvolvimentos contemporâneos resultado do avanço tecnológico. O autor reconhece na memória um instrumento e objeto de poder.

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

Embora a própria sobrevivência da memória dependa do esquecimento, este às vezes pode tomar um sentido muito mais complexo.

Michael Pollak também não toma a preocupação com o esquecimento coletivo como um exagero. Este defende que o não-dito pode significar muito se tomadas como exemplo as memórias de determinados grupos. As memórias coletivas existem em mesmo número das unidades que compõem a sociedade e geralmente se integram sem problemas à memória nacional.

Por outro lado, existem memórias que são construídas por lembranças proibidas, indizíveis ou vergonhosas. "Opondo-se à mais legítima das memórias coletivas, a memória nacional, essas lembranças são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política". Elas estão reservadas em estruturas informais de comunicação e não são percebidas pela "sociedade englobante" (Pollak, 1989:6). Os silêncios, portanto, possuem um sentido inegável:

a fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa (...) uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor (Ibid.:6).

Estas memórias construídas não oficialmente possuem o desafio de se manterem vivas até chegar a oportunidade de passarem ao espaço público, o que

ocorre geralmente em momentos de crise. Agindo de forma contrária às memórias coletivas cujas funções essenciais, segundo Pollak (1989:7), são "manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados). (...) Isso significa fornecer um quadro de referências e de pontos de referência".

Michael Pollak (1989:8) considera, assim, o chamado "enquadramento da memória" que

se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro.

O enquadramento não se reflete apenas nos discursos construídos, mas também nos objetos materiais, incluídos aí os monumentos.

Em trabalho posterior, Pollak (1992:7) chama atenção para além do trabalho de enquadramento da memória, considerando o "trabalho da própria memória em si. Ou seja: cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, da organização". O sentido de unidade pretendida pelas memórias sociais é constante tema de discussão.

Dos autores que consideram a memória como construída socialmente, um expoente é Maurice Halbwachs. Este, seguindo a tradição durkeimiana, enfatiza que "as memórias se formam e são renovadas devido a laços de solidariedade entre os indivíduos, os quais são construídos através de elementos simbólicos comuns" (Santos, 1993:73). Estes elementos foram denominados por ele como quadros sociais da memória; é a partir destes que todas as lembranças podem existir (Id., 1998:154). Seguindo a lógica do social pelo social, Halbwachs considera que a memória coletiva "reconstitui a si própria" e se sustenta "devido a sua função social de manter os indivíduos coesos". Tal afirmação traz limitações à sua teoria, pois não dá conta de explicar a criação das memórias de formas diferenciadas, somente sua manutenção no presente (Id., 1993:76). Por outro lado, se vistas sob um aspecto menos cientificista, a argumentação de Halbwachs nos lembra que a memória "nunca parte do vazio; é adquirida à medida que o indivíduo toma como sua as lembranças do grupo com o qual se relaciona (...)" (Id., 1998:155). Desta forma, os quadros não se apresentam tão fixos se considerado sua constituição a partir da coletividade. A memória coletiva não se impõe arbitrariamente, nem é o somatório

de representações individuais, mas resultado da interação da individualidade humana com as convenções sociais disponíveis. Sob este ponto de vista, vale ressaltar que os quadros sociais da memória não estão livres dos conflitos sociais.

Outros autores vão além e consideram que a memória é um aspecto fundamental na construção da sociedade, reconhecendo a memória não só "como uma representação ou reconstrução do passado, mas como 'tradição'³, isto é, como manutenção de aspectos do passado de que não temos consciência e que são expressos através de sentimentos, movimentos, hábitos e atitudes". Tal concepção permitiu a alguns teóricos desta perspectiva, como Marcuse e Foucault, pensarem a memória como "forma de conhecimento vinculada à dominação e ao poder" (Santos, 1993:78-79).

Um grande número de trabalhos tem versado sobre a relação do patrimônio com a memória social. Choay (2001) retoma um período mais antigo da própria conformação do que venha a constituir um monumento histórico, diferenciando-o do monumento que possui uma essência distinta.

O monumento antigo traz em sua própria etimologia a sua função: a lembrança. "A natureza afetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva" (Choay, 2001:18). Com o tempo esse sentido original foi se perdendo, ao mesmo tempo em que apareciam novos valores como os arqueológicos e estéticos. Por outro lado, o desenvolvimento, aperfeiçoamento e difusão das memórias artificiais também contribuiu para a extinção da função memorial. Outras causas podem ser apontadas, mas de qualquer forma "os monumentos, dos quais se tornou necessário dizer que são 'comemorativos', seguem, levados pelo hábito, uma carreira formal e insignificante" (Ibid.:23).

Diferentemente do monumento, que é pensado *a priori*, o monumento histórico é construído *a posteriori*, selecionado dentre os edifícios existentes (Choay, 2001:25). Sem o caráter universal do primeiro, o segundo se apresenta bem datado e localizado no Ocidente. O uso do monumento histórico, ou seja o que é selecionado como patrimônio, foi bastante difundido no século XIX, mas sua origem

³ Neste sentido, Hobsbawm aborda as "tradições inventadas" que constituem "um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado" (1997:9). O autor, após classificar essas práticas, afirma que prevalecerão aquelas tradições inventadas "que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais" (Hobsbawm, 1997:17). Vale ressaltar que tal abordagem se relaciona às discussões acerca de temas como nação, nacionalismo, símbolos nacionais etc. que permeiam este estudo.

é bastante anterior ao surgimento do termo. Tal noção não pode ser "dissociada de um contexto mental e de uma visão de mundo". Para sua conservação faz-se necessário "dispor de um referencial histórico", "atribuir um valor particular ao tempo e à duração" e colocar "a arte na história" (Ibid., 2001:25). Mas de todo modo, a função memorial ainda persiste porquanto o patrimônio é considerado um "lugar de memória", termo cunhado por Pierre Nora. Um lugar de memória possui necessariamente os sentidos material, simbólico e funcional (Nora, 1997: 37) e sua razão de ser é "d'arrêter le temps, de bloquer le travail de l'oubli, de fixer un état de choses, d'immortaliser la mort"⁴ (Nora apud Candau, 1998:159).

O patrimônio histórico se remete ao passado e mantém com ele uma relação. Marc Guillaume afirma que o patrimônio

fonctionne comme un 'appareil idéologique de la mémoire': la conservation systématique des vestiges, reliques, témoins, empreintes, traces 'sert de réservoir pour alimenter les fictions d'histoire que l'on construit à propos du passé' et, en particulier, l'illusion de la perdurance, de la continuité"⁵ (Guillaume apud Candau, 1998 :156).

Marly Rodrigues (1996:195) considera que o "patrimônio histórico é uma vertente particular da ação desenvolvida pelo poder público para a instituição da memória social". Sendo assim, "o patrimônio se destaca dos demais lugares de memória uma vez que o reconhecimento integra os bens a este conjunto, aberto às disputas econômicas e simbólicas, que o tornam um campo de exercício de poder". De acordo, portanto, com a perspectiva que considera a memória em seu vínculo com a dominação e o poder.

Neste campo de poder encontra-se também em jogo a identidade social, conformada pela memória e, por consequência, pelo patrimônio; considerando a afirmação de Pollak (1992:5) de "que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade". Tanto a memória como a identidade são "perfeitamente negociadas", sendo assim, "valores disputados em conflitos sociais e intergrupais". Estas questões envolvendo os dois termos, encontram cada vez mais espaço nas Ciências Humanas e na História.

* * *

⁴ (...) "de deter o tempo, de bloquear o trabalho do esquecimento, de fixar um estado de coisas, de immortalizar a morte." (tradução da autora)

⁵ (...) "funciona como um 'aparelho ideológico da memória': a conservação dos vestígios, testemunhos, marcas, traços, serve de reservatório para alimentar as ficções da história que são construídas a propósito do passado' e, em particular, a ilusão da perduração, da continuidade". (tradução da autora)

Tomando o patrimônio como agregador das identidades, no caso dos patrimônios de uma nação, estes tomam uma grande importância na sedimentação de um senso de pertencimento, constituindo uma idéia de comunidade entre os indivíduos. Essa nação, a que o patrimônio é remetido, com o tempo, foi se subdividindo, na medida em que se dá espaço a outras vozes mais particulares e o sentido do patrimônio vai se desdobrando.

Deve-se considerar nesta evolução, a própria transformação da identidade que influencia nas novas dimensões do patrimônio. Stuart Hall (1996:68) tratando acerca da identidade cultural afirma que "ao invés de tomar a identidade por um fato que, uma vez consumado, passa em seguida, a ser representado pelas novas práticas culturais, deveríamos pensá-la, talvez, como uma 'produção' que nunca se completa, que está sempre em processo (...)".

Hall (1996:68-69) aponta a existência de dois caminhos para se pensar a identidade. Um que segue na direção de um sentido de total unidade e outro levando em conta as diferenças contidas nas identidades. Valem as palavras do autor:

A primeira posição a define em termos de uma cultura partilhada, uma espécie de 'ser verdadeiro e uno' coletivo, oculto sob os muitos outros 'seres' mais superficiais ou artificialmente impostos, que pessoas com ancestralidade e história em comum compartilham. Pelos termos desta definição, nossas identidades culturais refletem as experiências históricas em comum e os códigos culturais partilhados que nos fornecem, a nós, como um 'povo uno', quadros de referência e sentido estáveis, contínuos, imutáveis por sob as divisões cambiantes e as vicissitudes de nossa história real. (...)

[A] segunda posição reconhece que, assim como muitos pontos de similaridade, há também pontos críticos de diferença profunda e significante que constituem 'o que nós realmente somos'; ou melhor – já que a história interveio – 'o que nós nos tornamos'. (...) As identidades culturais provêm de alguma parte, têm histórias. Mas, como tudo o que é histórico, sofrem transformação constante. Longe de fixas eternamente em algum passado essencializado, estão sujeitas ao contínuo 'jogo' da história, da cultura e do poder. As identidades, longe de estarem alicerçadas numa simples 'recuperação' do passado, que espera para ser descoberto e que, quando o for, há de garantir nossa percepção de nós mesmos pela eternidade, são apenas os nomes que aplicamos às diferentes maneiras que nos posicionam, e pelas quais nos posicionamos, nas narrativas do passado.

Os autores que analisam a identidade dentro da modernidade têm muito a contribuir para se entender as transformações do patrimônio. A modernidade, marcada pelo advento do industrialismo e do capitalismo produziu "formas sociais distintas, das quais a mais importante é o estado-nação". Este representa a dimensão da "sociedade" trabalhada pelos sociólogos que abordam tal período, mesmo sendo, às vezes, considerada, por outro lado, muito mais como "ator" ou "agente" do que como "estrutura". O Estado-nação simboliza a ascensão da

organização – "o controle regular das relações sociais dentro de distâncias espaciais e temporais indeterminadas" – dentro da modernidade (Giddens, 2002:21-22).

O mundo moderno é marcado por um extremo dinamismo explicado, por Anthony Giddens (2002:22-26), a partir de três elementos principais: a separação de tempo e espaço, os mecanismos de desencaixe e a reflexividade institucional. O acirramento da desconexão entre tempo e espaço foi fundamental para "o 'descolamento' das relações sociais dos contextos locais e sua rearticulação através de partes indeterminadas do espaço-tempo". Esta é a realidade onde se consoma a reflexividade que "se refere à suscetibilidade da maioria dos aspectos da atividade social, e das relações materiais com a natureza, à revisão intensa à luz de novo conhecimento ou informação".

Estas três características trazem em sua natureza "propriedades universalizantes" que explicitam as tendências globalizantes da vida moderna. Vale ressaltar que a globalização constitui um fenômeno dialético, seus resultados transitam entre universalismos e regionalismos (Giddens, 2002:27).

Como a reflexividade implica cada vez mais em riscos, é comum afirmar a modernidade como elemento de fragmentação e dissociação. Mas, na "alta modernidade" ou "modernidade tardia" estão presentes tanto os elementos agregadores quanto os desagregadores. "As características unificadoras das instituições modernas são" ainda "centrais para a modernidade" (Giddens, 2002:32).

Mesmo para autores que utilizam o termo pós-moderno para o atual momento de intensa fragmentação das identidades, o argumento é de que o deslocamento dos indivíduos (do mundo social e cultural e de si mesmos) constitui uma "crise de identidade" que altera as relações sociais, inclusive em relação às identidades nacionais enquanto uma identidade cultural.

Stuart Hall (2002:48) afirma que "as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação. A nação constitui uma "comunidade imaginada" e é desta forma que as identidades nacionais se diferenciam (Anderson, 1989). Mas embora a busca da unificação seja sempre o objetivo da construção de uma cultura nacional, ela traz em si inúmeras e profundas divisões e diferenças (classes, etnias, gênero, só para citar algumas). "As identidades nacionais não subordinam todas as outras formas de diferença e não estão livres do jogo de poder, de divisões e contradições internas, de lealdades e de diferenças sobrepostas" (Hall, 2002:65).

Uma vez mais, vêm à tona as disputas entre o global e o local, onde não se pode precisar ainda a existência de vencedores, ainda mais se for considerado que o fenômeno da globalização nem mesmo afeta todos os lugares da mesma forma. Seu efeito geral pode ser resumido apenas como contraditório.

Não importa aqui detalhar as características da modernidade ou modernidade tardia ou ainda pós-modernidade, mas sim observar como estas influenciaram o elemento identitário presente nas relações com o patrimônio cultural. Jöel Candau (1998:158) chegou a afirmar que "le patrimoine participe du phénomène général d'émiettement des mémoires – on pourrait parler de mémoires à la carte –, qui, comme les identités qu'elles fondent, deviennent de plus en plus parcellaires, particulières et particularistes (...)"⁶. Na medida em que diferentes grupos conquistam o direito à sua memória, considera-se que a identidade social em um sentido mais amplo torna-se possível de fragmentação.

Carlos Fortuna (1997:128) considera que

eminentemente relacional e interativa, perante a crescente complexificação das sociedades, a identidade moderna mostra-se contingente e remete-nos para uma estrutura pessoal, afetiva e cognitiva que é progressiva e continuamente (re) construída pelos sujeitos.

De sua relação "com os lugares históricos e monumentais da cidade" os indivíduos retiram "elementos para dar sentido a seu próprio lugar no mundo contemporâneo" (Fortuna, 1997:131). O autor observa uma "tendência para uma generalizada estetização do cotidiano e da mercadorização do próprio tempo e da própria memória" (Ibid.:134).

Choay (2001:240-241) corrobora com esta análise, afirmando um comportamento narcisista diante do patrimônio, onde este seria o reflexo da imagem dos membros das sociedades. Para ela,

a observação e o tratamento seletivo dos bens patrimoniais já não contribuem para fundar uma identidade cultural assumida de forma dinâmica. Elas tenderiam a ser substituídas pela autocontemplação passiva e pelo culto de uma identidade genérica. (...) O patrimônio teria assim perdido sua função construtiva, substituída por uma função defensiva, que garantiria a recuperação de uma identidade ameaçada.

Chega-se, portanto, a uma apreensão contrária à idéia amplamente difundida do aspecto agregador do patrimônio. Embora seja impossível negar a existência deste aspecto, as contradições também são aparentes.

⁶ (...) "o patrimônio participa do fenômeno geral de esmigalhamento das memórias – pode-se falar de memórias à *la carte* –, que, como as identidades que elas fundam, tornam-se cada vez mais parceladas, particulares e particularistas (...)". (tradução da autora)

* * *

Considerando a tentativa de reformulação da nação brasileira no período denominado Estado Novo, percebe-se a importância que se atribuiu ao patrimônio. Para tanto houve a necessidade de se delimitar este patrimônio e passar a preservá-lo. O ponto de partida foi a criação de um órgão federal voltado para tal objetivo. Mas, como no resto do mundo, a questão do patrimônio também passou e ainda passa por mudanças, refletidas nas ações oficiais de preservação e na resposta que estas têm na sociedade. Para analisar, portanto, os tombamentos, enquanto ação primordial de preservação através do IPHAN, referentes a cidade de Campos dos Goytacazes, faz-se necessário considerar a conformação das práticas de preservação adotadas no Brasil, entendendo como esta se desenvolveu.

2. O ATO DE PRESERVAR

2.1. Preservação do patrimônio no Brasil

Embora não seja correto afirmar a total inexistência de políticas voltadas para o desenvolvimento da cultura no Brasil antes de 1930, é certo que uma ênfase maior na questão acerca da política cultural tem início a partir do Estado Novo. No período Imperial se fizeram investimentos visando superar a imagem de colônia atrasada, sendo desta época o surgimento de instituições como a Biblioteca Nacional, Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, e de um Museu Real (que viria a ser o Museu Nacional). Investimentos sempre existiram e se estenderam pela República Velha, mas não podem ser considerados como um programa bem definido de políticas culturais tal como se trata na atualidade.

O Estado Novo, iniciado com a "Revolução" de 1930 e identificado na ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945), é caracterizado por suas práticas centralizadoras, inclusive no campo cultural. Do ponto de vista político predominava a precariedade das liberdades públicas, com o enfraquecimento das possibilidades de participação. O Estado era o agente econômico buscando promover o desenvolvimento sob a égide do nacionalismo, realizando grandes investimentos, formulando uma legislação social, ao mesmo tempo em que mantinha o controle sobre os trabalhadores e sindicatos (D'Araujo, 1999:1).

Neste período, o Estado entra de forma incisiva no campo cultural. Em 1930 é criado o Ministério da Educação e Saúde. A partir daí, durante toda a década vão aparecendo instituições ligadas a atividades culturais como: o Instituto Nacional do Livro, o Serviço Nacional de Teatro e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN.

A Educação era um ponto chave para alcançar o objetivo de "formar um 'homem novo' para um Estado Novo" (Bomeny, 1999:139). Destaca-se o período de atuação do ministro Gustavo Capanema (1934-1945), com o empreendimento de um sistema educacional para atender a todo o país. As massas precisavam ser alfabetizadas e a juventude merecia atenção especial, pois o ensino secundário

deveria formar "profissionais e cidadãos de uma sociedade diferenciada". À universidade caberia o papel de preparar as elites que iriam dirigir a nação (Bomeny, 1999:138-139).

Outro ponto chave no campo cultural era a atuação dos intelectuais no Estado Novo. "Vargas em seu discurso, reconhece os intelectuais como agentes de transformação nacional e os constitui como atores políticos de primeira grandeza, ao convocá-los para a tarefa de emancipação cultural" (Oliveira, 1999:83).

O intelectual deveria ser a ponte entre as "aspirações populares ou nacionais e políticas governamentais". Em sua atuação, os intelectuais deveriam tomar seu trabalho como uma missão.

O aspecto missionário, derivado da consciência social, leva a intelectualidade a aderir a propostas modernizadoras que rompem com o passado, ou a atuar no sentido de reinterpretar continuamente a tradição. Esta deixa de ser vista como um obstáculo à mudança, tornando-se elemento essencial à criatividade cultural (Oliveira, 1999:84).

A atuação de uma elite cultural estava presente desde os anos 20, dentro do "conservadorismo reformista" da Primeira República. As mudanças sociais dependiam de um cérebro coordenando o desenvolvimento do organismo. "O papel dessa elite cultural e política está configurada na idéia de 'civilizar por cima'" (Oliveira, 1999:87).

A Semana de Arte Moderna em 1922 simbolizou, além da luta para alterar valores e padrões estéticos, a luta pela modificação dos padrões políticos. Nos anos 30, as vanguardas se diluíram, sendo a renovação incorporada aos hábitos artísticos e culturais. Os intelectuais dos anos 20 não participaram da "Revolução" de 1930 e nem mesmo a aplaudiram (Oliveira, 1999:89).

Pode parecer contraditória a inserção de alguns dos participantes do movimento modernista brasileiro nos campos do trabalho cultural realizado pelo Estado Novo. Rejeitando a hipótese de cooptação econômica dos intelectuais pelo Estado Novo (eles desempenhavam outras atividades para complementar a baixa remuneração recebida), dá-se outro motivo para a presença deles no poder público.

"A ida para a repartição deixa transparecer a crença moderna de que era o Estado o lugar da renovação e da vanguarda naquele momento, assim como o vislumbre da possibilidade de aplicar na realidade idéias de reinterpretação ou reinvenção de um país que estava sendo praticado nas páginas de seus livros" (Cavalcanti, 1999:182).

Oliveira completa o argumento afirmando que a relação estabelecida entre o modernismo e o Estado Novo "estaria fundada no fato de os modernistas se oporem ao 'ufanismo', à grandeza territorial como garantidora da grandeza nacional, e de

aprofundarem uma tradição: a denúncia do Brasil arcaico, atrasado" (1999:99). Sobressai, portanto, muito mais a posição de portadores de uma missão a ser cumprida, atraídos pela possibilidade de mudança que seria praticada a partir do Estado.

No caso da preservação do patrimônio, são os modernistas que dão forma ao SPHAN⁷. Criado em 1936 de forma experimental, o Serviço viria a ser concretizado em 1937. Vale lembrar que outros segmentos da intelectualidade que não a modernista também já haviam apontado para a questão do patrimônio nacional. Na área federal, o primeiro órgão encarregado de proteger o patrimônio surgiu no Museu Nacional, por iniciativa do então diretor Gustavo Barroso, que era o "principal concorrente na disputa com os modernistas da gestão federal do patrimônio". O órgão criado em 1934 foi a Inspetoria dos Monumentos Nacionais que era direcionada por uma "perspectiva tradicionalista e patriótica". Sua atuação foi restrita, tendo sido desativada em 1937 em decorrência do surgimento do SPHAN (Fonseca, 1997:103).

O projeto de criação de uma instituição para preservar o patrimônio artístico e nacional teve sua forma definitiva no Decreto-lei nº 25/37, cujo autor principal era Rodrigo Melo Franco de Andrade. Dirigente do SPHAN desde seu surgimento, permaneceu no cargo até se aposentar em 1967, já próximo a sua morte. Antes deste, havia sido formulado um anteprojeto por Mário de Andrade em que a concepção de patrimônio pode ser considerada deveras avançada para seu tempo. Era uma noção que se aproximava da concepção antropológica de cultura e uma preocupação de abarcar valores mais populares juntamente com os mais eruditos, mesmo que se considerasse uma certa diferenciação do

alcançe e limites da participação social na construção dos patrimônios históricos e artísticos, apontando as diferenças e as peculiaridades dos níveis nacional e local e caracterizando a função social do intelectual como mediador entre os interesses populares e o Estado (Fonseca, 1997:111).

De qualquer forma, o contexto, sobretudo político, não era favorável à criação de uma instituição nestes moldes, fato que o próprio Mario de Andrade em algum momento reconheceu.

⁷ O SPHAN passou por diversas denominações. Começou como Serviço, passou a Departamento, a Instituto, a Secretaria, outros já chamaram somente de PHAN. Nos anos 90 foi extinto, quando se criou o IBPC (Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural), mas em 1994 voltou a funcionar com a mesma denominação que permanece. Neste trabalho são usadas as denominações SPHAN e IPHAN, referindo-se a trajetória de uma mesma instituição.

A conformação de um patrimônio nacional, através da proteção estatal seguia as pretensões do Estado Novo de construção de uma nação unificada. O nacionalismo aparecia como política de Estado, "marcando o surgimento de instituições e normas de controle do espaço e das pessoas" (Bomeny, 1995:32). Na forma de proteção adotada, o tombamento, era a História Nacional que se materializava, sobrepondo-se a arte e a estética, servindo de "constante fonte de argumentos às pretensões centralizadoras e reformadoras de um Estado que, havia pouco, se inaugurara" (Rodrigues, 1996:196).

Os intelectuais modernistas, recrutados por Rodrigo Melo Franco de Andrade, portanto, concebiam uma determinada identidade nacional, contribuindo para a construção de um novo Brasil e um novo brasileiro⁸, levando a cabo o que deveria ser cumprido por todas as "nações civilizadas". Como já foi dito, os intelectuais vinham atuando desde períodos anteriores, e no caso da temática da identidade nacional, tal assunto tem permeado as discussões intelectuais desde a independência política do Brasil. Nos últimos anos do período Imperial e na posterior instauração do regime Republicano, as discussões estavam centradas na idéia de "raça". Na segunda e terceira década do século XX mudaram-se os termos raciais para culturais (brasilidade, essência, alma ou simplesmente identidade). "(...) É importante frisar que tal projeto estava associado ao reconhecimento da necessidade de produzir uma imagem singularizada do Brasil enquanto cultura e como parte da moderna civilização ocidental" (Gonçalves, 1996:41).

De acordo com Miceli (2001:360), as ações oficiais em relação à cultura, especificamente no tipo de patrimônio que se preservava, restringiam-se à tentativa de construção de uma identidade nacional por um regime autoritário. Os bens preservados naquele momento eram os monumentos representantes da "classe dirigente". A exclusão de outras representações era grande e permanece até hoje. Nenhum bem de origem indígena foi tombado, por exemplo. Para Falcão (2000), a política de preservação adotada "reduziu o Brasil a tal ponto que o patrimônio histórico virou sinônimo de igrejas barrocas, palácios e casas-grandes".

Mesmo esta concepção tendo se transformado ao longo do tempo, ela "ainda permanece como um dos traços marcantes das práticas preservacionistas

⁸ A figura do intelectual na preservação está presente não só neste período, mas em qualquer tempo. "(...) Embora a história da política preservacionista no Brasil não tenha seguido um único fio condutor, mas, pelo contrário, tenha admitido linhas e projetos divergentes, o fato incontestável é que o Estado e os intelectuais foram os sujeitos desse processo" (Abreu, 1996:54).

desenvolvidas (...) e como um fator de dissimulação das diferenças sociais e culturais" (Rodrigues, 1996:195). Esta fase inicial (que se estende aos anos de 1970) é geralmente intitulada heróica, caracterizando agentes imbuídos da missão de salvar o patrimônio, principalmente o mais ameaçado de desaparecimento, e as condições de trabalho bastante difíceis. Críticas podem ser feitas, mas é impossível não reconhecer a importância do trabalho feito neste período, que possibilitou às futuras gerações o conhecimento de bens significativos para a nação brasileira.

Houve ao longo do tempo algumas divergências quanto à noção centralizada de patrimônio. Mas uma nova concepção só teria lugar a partir do ano de 1979 quando assume o SPHAN o também intelectual Aloísio Magalhães. Este trouxe para esta nova fase uma atitude diferente em relação ao patrimônio a ser preservado. Nos anos 60 e 70 o modernismo já passava a ser alvo de crítica e contestação. Além disso, as contradições do modelo econômico do regime militar se evidenciavam gerando uma crise para a modernização que ele trouxera (Fonseca, 1997:152-153).

Faz-se necessário remeter a realidade em que se inseria o SPHAN e ressaltar o momento pelo qual o país passava com a crescente abertura política dos anos finais da ditadura. Esta nova fase da Instituição também é influenciada por uma perceptível movimentação que está se dando politicamente, com a mobilização da sociedade, organizado-se em grau cada vez maior, começando a discutir e a lutar por seus direitos. Um ponto culminante deste desenvolvimento é a elaboração da Constituição em 1988, abarcando temas não abordados antes, incluindo aí a questão cultural da preservação do patrimônio.

Após a saída de Rodrigo M. F. Andrade, Renato Soeiro havia conduzido os trabalhos nos mesmos moldes anteriores, mas sem o mesmo prestígio e influência de seu antecessor. O SPHAN já vinha buscando alternativas para sua atuação, de forma a se adequar à realidade brasileira que passava por processos acelerados de industrialização, urbanização e interiorização. M^a Cecília Londres Fonseca (1997:160) chama a atenção para a aproximação do SPHAN com a UNESCO buscando diretrizes que lhe dessem características menos combativas e mais negociadoras. Buscava-se mostrar a compatibilidade entre os interesses da preservação e desenvolvimento: "Essa articulação foi feita em duas direções: seja considerando os bens culturais enquanto mercadorias de potencial turístico, seja buscando nesses bens os indicadores culturais para um desenvolvimento

apropriado". Para alcançar o primeiro objetivo foi criado em 1973 o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH); já o segundo ficou por conta do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC). Naquele momento um fator fundamental era o entendimento da necessidade de se descentralizar as ações de preservação, não as deixando somente a cargo do poder federal.

O PCH contribuiu para tal descentralização. Inicialmente foi criado para atender o Norte e Nordeste e posteriormente se estendeu ao Sudeste. Supriu a falta de recursos financeiros e administrativos do IPHAN e "tinha como objetivo criar infraestrutura adequada ao desenvolvimento e suporte de atividades turísticas e ao uso de bens culturais como fonte de renda" (...). Propiciou, por outro lado, a criação, durante as décadas de 70 e 80, de órgãos locais de patrimônio e elaboração de legislações estaduais de proteção, abrindo os caminhos efetivos para a descentralização" (Fonseca, 1997:162).

Já o CNRC era formado por um convênio de diversas instituições governamentais, educacionais e particulares. Não surgiu dentro da atuação estatal nem se propôs inicialmente como "alternativa crítica ao IPHAN". Seu objetivo era refletir sobre a cultura nacional, inicialmente compor "um centro de documentação que utilizasse as formas modernas de referenciamento", possibilitando "a identificação e o acesso aos produtos culturais brasileiros". Posteriormente, além disso, buscava-se "indicadores para a elaboração de um modelo de desenvolvimento apropriado às necessidades nacionais" (Fonseca, 1997:162-163). O Centro era dirigido por Aloísio Magalhães e composto por profissionais de formação acadêmica diversa.

O trabalho era desenvolvido sob um olhar mais abrangente e, entre outras coisas, buscava-se uma mediação entre a cultura popular e o interesse nacional. Não cabe detalhar aqui os diferentes projetos desenvolvidos, mas vale observar a diferente orientação em relação ao SPHAN. Começando pelos funcionários interdisciplinares (diferente dos quase hegemônicos arquitetos do IPHAN) chegando aos conceitos elaborados. A idéia de 'bem cultural' foi formulada de forma progressiva dentro da organização e aparecia como "alternativa atualizada e mais abrangente à noção de patrimônio histórico" (Fonseca, 1997:171).

Em 1979 ocorreu a fusão do IPHAN, PCH e CNRC, sendo Aloísio Magalhães o diretor. A estrutura passou a contar com "um órgão normativo – a Secretaria do

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e um órgão executivo – a Fundação Nacional Pró-memória (FNPM)" (Fonseca, 1997: 175).

A partir de então foram tomando forma as mudanças na concepção do que constitui o patrimônio nacional. Com uma ênfase mais plural, com uma visão mais voltada para a sociedade enquanto formadora da nação, inaugura-se a chamada fase recente⁹. Nesse momento, a noção de patrimônio histórico e artístico é substituída pela noção de bem cultural, em que o caráter nacional passa a ser definido não apenas pelo passado ou pela tradição, mas por uma trajetória histórica norteada pelo futuro (Gonçalves, 1996:52). Era preciso preencher uma lacuna que o IPHAN deixara ao não privilegiar bens significativos para a formação da cultura nacional.

Arantes (1987:51) afirma que, além da mudança de direção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a adoção da concepção de bens culturais está relacionada à divulgação de alguns princípios de trabalho (a mundialização de valores referida por Choay, 2001) que serviram como alavanca para a adoção de práticas que vincularam o patrimônio histórico aos interesses da indústria cultural e do turismo.

Os bens tombados nestas duas diferentes fases do IPHAN refletem tal diferença ideológica. O patrimônio essencialmente católico, estatal e oitocentista e, no outro extremo, moderno, dá lugar a outras nuances, outras valorizações. Ao mesmo tempo em que os processos de tombamento perdem sua forma rápida e sucinta e passam a constituir "verdadeiros dossiês", contendo não só os documentos oficiais (pedido, notificação, parecer, etc), mas também todo um material referente ao caso (recortes de jornais e revistas, cartas, fotos, plantas, etc.) que permitem conhecer melhor os critérios adotados na prática do tombamento (Fonseca, 1997:208).

Por outro lado, pode-se afirmar também este período como de maior abertura à participação social, visto que a discussão sobre a noção de cultura se amplia, dando lugar às reivindicações de grupos organizados ou até mesmo indivíduos isolados. Outro fator importante é a existência de órgãos regionais voltados para a preservação do patrimônio. Pode-se dizer que este fator decorre em parte do

⁹ Alguns autores denominam este período, dentro do IPHAN, a partir de fins de 1970 de fase moderna, relacionando à temporalidade. Permanecendo neste raciocínio, adota-se aqui o termo "recente", evitando uma possível confusão com as referências ao Movimento Modernista presente na fase anterior.

primeiro, à medida que estas novas reivindicações demandam novos espaços para se fazerem ouvidas e encontrarem respostas. Por outro lado, de acordo com Dina Lerner (1998:80), há a partir da metade dos anos de 1960 um amadurecimento dos governos estaduais "em resposta à necessidade crescente de complementação dos trabalhos desenvolvidos até então e somente pelo órgão federal" na área da preservação.

Segundo Arantes (1987:51), os tombamentos em São Paulo a partir de fins dos anos de 1960 estiveram mais nas mãos do CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo). No Brasil, o surgimento das instituições estaduais de preservação deu-se nos anos de 1970 e ainda os anos de 1980 foram marcados pelo aparecimento dos Conselhos Municipais (Chauí, 1992: 38).

Tal fato corresponde à realidade do estado do Rio de Janeiro, onde em 1964 foi criada a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico (DPHA), no então Estado da Guanabara. Com a fusão deste com o Estado do Rio de Janeiro em 1975, a Divisão passou a se chamar Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC). Posteriormente, em 1982, o Conselho Estadual de Tombamento foi regulamentado. Nota-se já na mudança do nome uma relação diferente com a definição do patrimônio, de acordo com as transformações ocorridas no Brasil e no mundo, como foi visto. A cidade de Campos teve alguns bens tombados por este instituto nos anos 80. Estes estão localizados na área urbana central e alguns se encontram em estado de conservação bastante crítico.

Já em relação à cidade de Campos dos Goytacazes, institucionalmente, a realidade não se alterou. Dentro da municipalidade, vinculado à Secretaria de Planejamento, existe o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Campos (IPPUCAM) voltado para as questões urbanas, mas não se pode afirmar a concretização de políticas voltadas especificamente para a preservação do patrimônio. Em relação ao patrimônio edificado, existem práticas isoladas em termos de restauração de imóveis, importantes para a conservação dos bens, mas que abrangem muito pouco do que se pode considerar patrimônio. Mesmo porque não existem discussões com a sociedade a este respeito e a questão da preservação se encontra pouco delimitada.

Nos dias atuais estas tendências de descentralização e maior participação continuam em evolução. Se os pontos de comparação forem os objetivos do CNRC

de firmar valores mais populares em relação aos já fundamentados, pode-se dizer que houve um avanço, inclusive influenciando os conceitos utilizados na Constituição Brasileira de 1988. Por outro lado, muitos dos ideais não foram concretizados e levados a cabo no IPHAN. Como já se disse, a concepção fundada nos anos 30 ainda influencia em muito a atuação sobre a preservação no Brasil. E, embora, se constate uma maior demanda de fora da instituição para o tombamento de bens, muitos destes pedidos não são concretizados e também são insuficientes para se afirmar um real envolvimento da sociedade nestas questões. Isto está relacionado também a algumas particularidades das políticas referentes à cultura.

2.2. O tombamento dentro das políticas culturais

De acordo com Teixeira Coelho (1999:293), entende-se política cultural como programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais¹⁰ da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. As políticas culturais visam, portanto, “promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e a divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável”.

Regina Clara Simões Lopes (1987:26) afirma que normalmente se entende por política cultural "o conjunto de princípios filosóficos e políticos, doutrinários que orientam a ação cultural (execução da política) nos seus diversos níveis". Embora atualmente envolva novos significados e "nas entrelinhas do processo cultural" seja possível ler "mensagens mais ou menos subliminares como competição, promoção da imagem institucional dentro de um sistema de marketing, rentabilidade (...) do investimento, agilidade, eficiência, em suma, o que se pretenderia 'modernidade'".

Políticas culturais podem ser agrupadas segundo seu campo de intervenção, relativas: ao mercado cultural; à cultura alheia ao mercado cultural; aos usos da cultura; e, às instâncias institucionais de organização dos circuitos culturais. Pode-se afirmar que a prática do tombamento se insere nas políticas relativas à cultura alheia ao mercado cultural, pois estas, entre outras coisas, abarcam “os programas

¹⁰ Termo de difícil conceituação, afirma-se que "(...) está hoje assentada a hipótese segundo a qual as necessidades culturais estão vinculadas muito mais à oferta cultural proporcionada do que à demanda espontânea de indivíduos e grupos. Em último caso, "talvez seja mais do que hora de afirmar que a cultura, como a arte, é uma questão de desejo, mais do que uma necessidade" (Teixeira Coelho, 1999:279-280).

voltados para a defesa, conservação e difusão do patrimônio histórico” (Teixeira Coelho, 1999: 297).

Teixeira Coelho (1999:315) define preservação como

medidas de ordem jurídica, administrativa, urbanística, arquitetural ou de outra natureza técnica que visa resguardar uma edificação, sítio urbano, obras escultóricas em locais públicos ou ambientes naturais e promover-lhes a eventual restauração ao estado *quo ante*.

Embora o ato do tombamento aparentemente esteja alheio ao mercado, indiretamente aparecem inúmeros fatores ligados a tal esfera, principalmente no que diz respeito à manutenção destes imóveis. Arantes (1987:52) afirma que o processo que se chama de preservação evolui diferentes aspectos: "restrições e diretrizes técnico-administrativas específicas, investimentos financeiros que geram expectativas de rentabilidade, tipos especiais de intervenção física (obras de conservação e restauro) e a reinterpretação funcional das edificações (a questão da reciclagem)".

M^a Cecília Londres Fonseca (1997:43) afirma que, dentre as políticas praticadas pelo Estado, as políticas culturais se diferenciam pelo tema. Mas,

assim como as demandas nessa área são bem mais difusas e costumam se concentrar em grupos restritos, também os objetivos dessas políticas nunca são claramente apresentados, tanto nos discursos oficiais quanto em definições formuladas em outras instâncias.

Desta forma não é raro se considerar a existência de conflitos de interesse na prática de preservação de bens culturais em nome do interesse público que geralmente se apresenta de forma aparentemente tranqüila. A preservação implica uma seleção, uma opção entre conservar e destruir e será exercida por agentes determinados, agindo sobre critérios específicos que orientam e legitimam o processo de atribuição de valores (Fonseca, 1997:52).

Arantes (1987:48) também aponta o "desencontro entre os interesses imediatos dos órgãos preservacionistas e os da comunidade diretamente afetada". A ação dos órgãos oficiais se realiza com vários "graus de autonomia em relação à vontade política da sociedade". Independente de que a ação parta de iniciativas baseadas em critérios técnicos ou a partir da pressão de grupos politicamente organizados, a ação não é culturalmente neutra, não se esperando que esta seja "reabsorvida" de forma suave e homogênea por toda a sociedade. "A 'preservação' do patrimônio cultural é, antes, prática social que acrescenta novos bens, valores e processos culturais à experiência da comunidade envolvida. Nesse sentido, ela é sempre uma forma de intervenção".

No Brasil, de acordo com as leis oficiais, inclusive a Constituição Federal Brasileira, as três instâncias governamentais – federal, estadual e municipal – são responsáveis pela preservação do patrimônio histórico e cultural. Os três poderes podem utilizar o tombamento como medida de preservação e um bem pode ser tombado pelos três níveis ao mesmo tempo.

Em âmbito federal, o responsável pela preservação do patrimônio cultural, como já foi dito, é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O IPHAN “trabalha com os bens culturais nacionais tombados, representativos de diversos segmentos da cultura brasileira”. Seu trabalho é norteado pela legislação específica (Decreto-lei nº25), por outras legislações (Lei de Arqueologia 3924/61; Constituição Federal – Art. 215 e 216), e também por Cartas, Declarações e Tratados Nacionais e Internacionais¹¹.

O tombamento é uma das várias formas de proteção previstas na Constituição Brasileira. Consta no artigo 216, parágrafo 1º, que: “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”. Em termos jurídicos existem outros meios de proteção como o direito de petição, ação popular, ação civil pública, entre outras (Carvalho, 1997:435,441-442).

A regulação do tombamento se encontra no Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Em seu capítulo I, artigo 1º, consta:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja observação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º - Os bens a que se refere o presente só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo (...).

São quatro os livros do tomo: Livro Histórico, Livro das Belas-Artes, Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e Livro das Artes Aplicadas. A partir do registro nos Livros do Tombo¹², o bem considerado patrimônio torna-se alvo de uma série de medidas que visam a sua preservação.

¹¹ <http://www.iphan.gov.br/legislac/legisla.htm>

¹² "O vocábulo tombamento é de origem antiga e provém do verbo tomar, que no direito português tem o sentido de inventariar, registrar ou inscrever bens. O inventário dos bens era feito no Livro do Tombo, o qual assim se denominava porque guardado na Torre do Tombo. Neste local ficam depositados os arquivos de Portugal. Por extensão semântica, o termo passou a representar todo registro indicativo de bens sob a proteção especial do Poder Público" (Carvalho, 1997:435).

As espécies de tombamento podem ser agrupadas em relação à manifestação de vontade ou à eficácia do ato. No primeiro aspecto, o tombamento pode ser voluntário – quando o proprietário consente através de pedido próprio ou quando concorda com a notificação no sentido da inscrição do bem – ou compulsório – quando o Poder Público inscreve o bem como tombado, mesmo diante de resistência e inconformismo do proprietário. Em relação à eficácia do ato, o tombamento pode ser provisório, enquanto está em curso o processo administrativo instaurado pela notificação, ou definitivo, quando, finalizado o processo, procede-se à inscrição do bem no Livro do Tombo (Carvalho, 1997:438).

Vale ressaltar que o tombamento provisório, a partir da abertura do processo de tombamento, garante ao bem toda a proteção que se destina a um bem tombado. Tal medida garante a integridade do patrimônio até que se tome uma decisão definitiva (Machado, 1996: 656,672).

Em relação ao processo administrativo, este não possui uma forma predefinida, sendo que alguns atos são necessários. “Um deles é o parecer do órgão técnico cultural. Outro é a notificação ao proprietário”. Este pode anuir no tombamento ou impugnar a intenção de decretá-lo. “O Conselho Consultivo da pessoa incumbida do tombamento, após as manifestações dos técnicos e do proprietário, define o processo, podendo anulá-lo, se houver ilegalidade; rejeitar a proposta do órgão técnico; ou homologá-la (...)”. O tombamento se torna definitivo com a inscrição no respectivo Livro do Tombo (Carvalho, 1997:439).

No caso de tombamento estadual ou municipal os procedimentos podem ter algumas modificações, embora sempre se recomende o formato da existência de um conselho consultivo. No estado do Rio de Janeiro, a prática do tombamento está prevista na Constituição Estadual. Registra-se nesta a existência do Conselho Estadual de Cultura, que tem como obrigações "regulamentar, orientar e acompanhar a política cultural do Estado", tendo suas "atribuições e composição definidas em lei" (art. 321 apud Machado, 1996:653). Como já mencionado anteriormente, o órgão responsável pelas ações de preservação é o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC. O Conselho Estadual de Tombamento foi criado em 1981 e regulamentado pelo Decreto nº 5.808, de 13 de julho de 1982. Na cidade de Campos dos Goytacazes o poder público municipal não atua com a prática do tombamento na preservação do seu patrimônio. Recentemente começou a atuar um Comitê incumbido de reavaliar a indicação de bens a serem preservados

como consta no Plano Diretor da cidade. Este grupo tem trabalhado no sentido de propor a instituição do tombamento municipal e criação de um fundo para auxiliar na preservação dos imóveis selecionados. Tem sido feita atualmente uma vistoria por engenheiros contratados nos prédios da área urbana central, começando pelos bens já listados, com o objetivo de avaliar sua integridade física. Tais questões têm sido priorizadas, principalmente, devido ao desabamento de um destes prédios no mês de julho deste ano, quando duas vítimas fatais foram registradas.

O tombamento implica em restrição ao uso da propriedade privada. "É vedado ao proprietário, ou ao titular de eventual direito de uso, destruir, demolir ou mutilar o bem tombado. Da mesma forma, somente lhe é autorizado reparar, pintar ou restaurar o bem com prévia autorização especial do Poder Público" (Art. 17, DL 25/37, apud Carvalho, 1997:440). Mas, apesar das restrições no uso, o direito de propriedade não é retirado, como se costuma confundir.

Além do Poder Público, o proprietário possui "o dever de conservar o bem tombado para mantê-lo dentro de suas características culturais". Caso não possua os recursos necessários à conservação e eventual reparação "deve necessariamente comunicar o fato ao órgão que decretou o tombamento, o qual mandará executá-las a suas expensas" (Carvalho, 1997:440). Neste sentido, há grande dificuldade, já que a escassez de recursos é o principal argumento utilizado por todas as partes quando constatado a má conservação dos imóveis tombados. Dificuldades jurídicas também podem surgir, como a inviabilidade de se aplicar recursos públicos em imóveis privados, por exemplo.

O tombamento não constitui um procedimento sigiloso, qualquer indivíduo tem o direito de acompanhar a ação assim como de requisitá-la. Por outro lado a comunidade pode também questionar acerca de quaisquer intervenções ou da falta de conservação de um bem tombado.

De certo modo, este tipo de participação, ou sua ausência, pode ser percebida através dos processos de tombamento existentes nos arquivos das instituições federais e estaduais. Nestes estão contidas as informações acerca da requisição do tombamento, assim como os argumentos utilizados para justificar a preservação. Por outro lado toda espécie de intervenção feita nos bens tombados também é documentada, podendo-se assim observar quem são os atuantes no processo de manutenção e conservação dos bens tombados, assim como quaisquer outras alterações.

Neste ponto busca-se delimitar em que mãos está a ação de preservação. Entendendo o tombamento como uma seleção do que serve para representar a identidade nacional, reconhece-se que o poder de decisão é exercido por alguns. Pode-se identificar neste um "poder simbólico", que constitui, de acordo com Pierre Bourdieu (1998:7-8), um "poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem".

Bourdieu (1998:12) ainda afirma que

Os 'sistemas simbólicos' distinguem-se fundamentalmente conforme sejam produzidos e, ao mesmo tempo, apropriados pelo conjunto do grupo, ou, pelo contrário, produzidos por um corpo de *especialistas* e, mais precisamente, por um campo de produção e de circulação relativamente autónomo (...).

É possível admitir tal sistema. O IPHAN se construiu através dos tempos baseado em um saber específico, com profissionais atuando segundo determinadas linhas de pensamento – tendo inicialmente os conceitos delimitados pelos modernistas, liderados por uma figura carismática como Rodrigo M. F. Andrade. O poder simbólico precisa de reconhecimento; ele

não reside nos 'sistemas simbólicos' em forma de uma 'illocutionary force' mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a *crença* (Bourdieu, 1998:14-15).

Os especialistas inicialmente determinaram uma forma de pensar o patrimônio e são, ainda, estes que têm a palavra final na tomada de decisões. Tal fato por si só, restringe a atuação da sociedade neste sistema. Não são todos os cidadãos que tomam conhecimento de tais assuntos e estão envolvidos nestas discussões.

O discurso patrimonial justifica-se na questão da identidade e da memória. Percebe-se nas duas fases delimitadas para o IPHAN, a autoridade dos líderes (Rodrigo M. F. Andrade e Aloísio Magalhães) e dos profissionais da instituição na categorização do patrimônio, construindo o que deveria ser assimilado enquanto conceito de patrimônio.

Mesmo quando há uma abertura à participação social, esta se limita àqueles que incorporam este discurso e detêm de alguma forma os referenciais que lhes permitem dialogar dentro deste. A análise de casos específicos permite observar a presença destes determinados atores que atuam neste campo de poder; uns incorporando e contribuindo para a manutenção das práticas de preservação, outros movidos por interesses de natureza diversa atuando de forma contrária, e muitos alheios a tudo isto, percebidos nos espaços vazios das ações.

3. IPHAN EM CAMPOS: O QUE SE PRESERVA, QUEM PRESERVA

Como explicitado anteriormente, as questões propostas neste trabalho foram respondidas a partir dos processos de tombamento relativos à cidade de Campos dos Goytacazes. Sendo estes datados entre os anos de 1938 e 2000, tem-se uma amostra das diferentes fases do IPHAN, observadas em estudos que abordam a trajetória da Instituição. Detendo-se especificamente na forma como os processos se deram, pode-se identificar fatores determinantes para a preservação. Estes estão relacionados aos atores que participam neste campo de poder, que é a construção da memória e da identidade através da seleção do patrimônio cultural edificado.

Tabela 1 - Processos no IPHAN referentes a imóveis em Campos dos Goytacazes

	Imóvel	Ano do tombamento	Início	Descrição
1	Solar dos Airizes	1940	1938	Século XIX, arquitetura civil, Livro Belas Artes. Pedido interno. S/ justificativa. S/ interesse imediato.
2	Capela de N. Sra do Rosário do Visconde	1942	1939	Século XVIII, arquitetura religiosa, Livro Belas Artes. Pedido interno. S/ justificativa. S/ interesse imediato.
3	Solar do Visconde*	1943	1939	Século XIX, arquitetura civil, Livro Belas Artes. Pedido externo. S/ justificativa. S/ interesse imediato.
4	Solar do Colégio	1946	1938	Século XVI, arquitetura civil, Belas Artes e Histórico. Pedido interno. S/ justificativa. S/ interesse imediato.
5	Solar de Santo Antônio	1946	1938	Século XIX, arquitetura civil, Livro Belas Artes e Histórico. Pedido interno. S/ justificativa. S/ interesse imediato.
6	Igreja Mãe dos Homens e antiga Sta. Casa**	1956	1955	Século XVIII, Livro Histórico. Justificativa: valor histórico e arquitetônico. Interesse: impedir possível demolição.
7	Solar da Baronesa de Muriaé	1974	1973	Século XIX, arquitetura civil, Livro Belas Artes e Histórico. Pedido interno. S/ justificativa. Interesse: restauração para criar um Instituto de Cultura.
8	Igreja N. Sra. da Lapa	em estudo	1975	Século XVIII, não inscrito. Pedido interno. S/ justificativa. S/ interesse imediato.
9	Instituto Presídio do Norte do Estado	em estudo	1988	Século XIX, não inscrito. Pedido externo. Justificativa: valor de anciandade e arquitetônico. Interesse: Instalação de espaço cultural.
10	Canal Artificial entre Campos e Macaé	em estudo	2000	Século XIX, não inscrito. Pedido externo. Justificativa: valor histórico, obra de engenharia. Interesse: impedir descaracterização.

* Imóvel inexistente, destruído, possivelmente, pela ação do tempo.

** Imóvel inexistente, destombado em 1961 e demolido.

Fonte: Arquivo Noronha Santos e DEPROT, IPHAN.

3.1. O caráter dos processos

Os processos de tombamento conclusos, referentes à cidade de Campos, resultaram em sete bens tombados pelo IPHAN. Dentre estes, um não existe mais e outro teve a inscrição cancelada (destombado), sendo posteriormente demolido. Existem três processos em fase de estudo, para os quais não há ainda um veredicto sobre seu registro nos Livros do Tombo.

A maioria dos pedidos se deu dentro da fase denominada heróica do IPHAN. Os seis primeiros processos (entre 1938 e 1956) são os que se apresentam mais concisos. As informações que constam nestes processos dizem respeito especificamente aos trâmites entre o pedido – na verdade, a expedição da notificação que tomba provisoriamente o bem – e a decisão do tombamento, que em geral foi por anuência. A única exceção é o Solar do Visconde, que constituiu tombamento voluntário. Alguns processos trazem informações anexadas referentes a ações ocorridas em período posterior à inscrição do imóvel. Vale lembrar que, dentre os processos iniciados ainda nos anos de 1930, o mínimo de tempo passado entre a expedição das notificações e a inscrição dos bens foi de dois anos. Isto demonstra que, embora os processos tenham sido bem diretos, o que pode ser entendido, em parte, como forma de agilizar a preservação, encontravam-se barreiras na hora de concretizar as ações. Por outro lado, estas ações rápidas, que podem representar a busca de compensação pela ausência de um órgão de preservação, nascido atrasado em relação a muitos países, revelam a estrutura inicial de funcionamento do IPHAN, bem mais simples, centrada em seus dirigentes e nos poucos funcionários. O processo que se dá nos anos de 1950 segue as mesmas diretrizes, embora tenha se dado em circunstâncias específicas, como se verá adiante.

Os dois processos dos anos de 1970, embora diacronicamente estejam dentro da fase heróica, já apresentam grande diferenciação em relação aos primeiros. Este era um período de mudança na direção, ainda que com continuidade de ações. Nele, começavam a aparecer as mudanças estruturais que ocorrem com a transição para a fase recente. Além da extensão documental, com o acréscimo de maiores informações sobre os bens a partir de levantamentos mais detalhados, material em publicações diversas, etc. percebe-se que outras instâncias já atuavam dentro do IPHAN. Destaca-se aí o registro da presença do Conselho Consultivo para deliberação final em um dos casos, já que o outro é um processo ainda inconcluso.

Os dois últimos processos, abertos já na fase recente, confirmam esta tendência na extensão de documentação, ressaltando-se o pedido propriamente dito. As informações complementares (matérias jornalísticas, informações de livros, etc.) não aparecem mais posteriormente, mas sim junto ao pedido, talvez na tentativa de se reforçar a argumentação, visto que estes são de origem externa ao IPHAN. A partir daí, têm-se dois importantes fatores a se considerar, as justificativas e a origem dos pedidos.

Percebe-se que a maioria dos bens tombados foi registrada no livro de Belas Artes, com alguns enquadrados também por seu valor Histórico. Isto está relacionado ao fato de a maioria dos pedidos terem sua origem internamente, pois os agentes que atuam neste âmbito possuem, em maior grau, os referenciais técnicos necessários para se argumentar acerca do valor artístico de um imóvel. Por outro lado, os valores históricos de um bem são, em geral, mais acessíveis aos que atuam externamente, embora, tanto em âmbito interno quanto externo, possa haver dificuldades em se delimitar o que constitui o valor nacional (Fonseca, 1997). Pode-se também afirmar que estão presentes divergências em relação ao valor artístico ou qualquer outro justificando o pedido apresentado, não só o histórico.

As divergências internas, por exemplo, ocorriam dentro de critérios técnicos, utilizados pelos funcionários. Um exemplo deste tipo de conflito é um documento posterior ao tombamento do Solar dos Airizes que a este se refere. Há um parecer dado por Lúcio Costa – provavelmente porque neste momento já se estava aventando a possibilidade de contar com verbas do IPHAN para auxiliar as reformas necessárias ao edifício – no qual este manifesta contrariedade ao tombamento. O arquiteto considera que o imóvel foi indevidamente tombado por não apresentar muito interesse arquitetônico, além de ter sofrido alterações inadequadas. O bem não teria “valor artístico excepcional” e nem “interesse histórico” que o justificasse como monumento “nacional”. Ele deixa claro em sua opinião que este tipo de monumento deveria ser preservado pelo município ou estado, seguindo orientações do IPHAN. Ele sugere que “a nova regulamentação do SPHAN atenda à realidade, subdividindo o tombamento em categorias”, de acordo com o interesse: nacional, estadual e municipal. Isto “permitiria não só valorizar e preservar melhor os monumentos mais importantes, como também estender a proteção a uma infinidade de outros monumentos de interesse menor (...), mas que, no entanto, e por muitos motivos, convém mesmo preservar” (Parecer, 29/02/40).

O processo referente à Igreja N. Sra. da Lapa também contém documentos que apontam divergências, quando uma funcionária do DEPROT compara duas informações elaboradas por diferentes arquitetos, em diferentes períodos e que trazem opiniões discordantes. Estas opiniões poderiam ser resultado de mudanças ocorridas no imóvel, mas ao que tudo indicava, havia grandes chances de se tratar de pontos de vistas diferentes, demandando uma análise técnica detalhada. A importância decorre do fato de uma das informações estar sugerindo o arquivamento do processo. Isto é, a decisão de um processo corria o risco de estar apoiada em divergência de pontos de vista e/ou adoção de critérios diferentes para se avaliar o bem. Os conflitos internos explicitam o que se diz sobre as dificuldades na preservação do patrimônio. Sempre existirão vozes discordantes na medida em que se está fazendo uma seleção, sendo esta ligada à memória e à identidade de um grupo tão amplo e plural que é a nação. Nos exemplos fornecidos, os pareceres foram dados por arquitetos que estavam discutindo restritamente em relação ao valor artístico dos imóveis, enquanto obra de arquitetura. Talvez se estivesse em questão o valor histórico do bem, não se desse tanta importância à mudança de elementos como portas e janelas.

Como em todo o Brasil, nos processos referentes a Campos, nem sempre a justificativa que se apresenta para conservar determinado imóvel está clara. O que pode ocorrer é se apresentar um interesse imediato para preservar o imóvel, que se confunde, em alguns casos, com uma justificativa para o tombamento. Esta justificativa deve dizer respeito especificamente ao valor apresentado pelo bem para que este seja inscrito em um dos Livros do Tombo (valor histórico, artístico, excepcionalidade, etc.).

Os primeiros processos, em 1930, não apresentam uma justificativa, nem um interesse específico, além da necessidade de preservação. Partindo da iniciativa do próprio IPHAN, nenhum tipo de argumentação é feita no sentido de explicitar os motivos para preservar, embora isto possa ser encontrado em documentos não anexados aos processos, muitas vezes em suas entrelinhas. Isto também caracteriza a forma de trabalho nos anos iniciais do IPHAN.

Já o processo da Igreja Mãe dos Homens e antiga Santa Casa, nos anos de 1950, apresenta os dois itens. Acredita-se que, após os anos iniciais, os processos passam a se dar de forma mais detalhada, e os critérios necessários ao se elaborar um pedido de tombamento estão mais delimitados.

No caso do processo da Igreja N. Sra. da Lapa, percebe-se que, apesar de ser um processo dos anos 70 e de apresentar uma extensão compatível com os processos recentes, seu início se dá de forma muito semelhante aos processos dos anos 30: o interesse do IPHAN em tombar o edifício, mas não explicitando os motivos que levam a isto.

Os dois últimos, Instituto Presídio do Norte do Estado e Canal Campos-Macaé, de 1988 e 2000, respectivamente, também apresentam justificativa e interesse. Vale a pena ressaltar que apesar de estes se darem num momento em que se considera uma ampliação e uma diversificação do que se conceitua como patrimônio, os agentes (externos) que entram com estes pedidos valem-se dos valores tradicionais utilizados que, como já foi visto, influenciam, e, porque não dizer, predominam até hoje; inclusive em outras instâncias de preservação, sejam municipais ou estaduais.

Tratando-se da origem dos pedidos, ressalta-se que o peso entre um pedido interno e externo, na maioria das vezes, é diferente. Isto se explicita na constatação de que a participação social aumentou em períodos recentes, mas existe uma certa vantagem para aqueles requerentes que dominam os critérios técnicos ou estão ligados diretamente aos processos – fazendo com que seu desenrolar seja acelerado e os resultados sejam favoráveis. Fonseca (1997:213) resume esta realidade ao afirmar que "se, por um lado, os pedidos de tombamento deixaram de ser iniciativa quase que exclusiva da instituição, os mecanismos de decisão continuaram restritos aos órgãos técnicos da administração central (...)".

Dos bens já tombados, só dois constituem-se de pedido externo. Em relação ao primeiro, Solar do Visconde, consta seu registro no Livro de Belas Artes como tombamento voluntário, isto é, requisitado pelo proprietário, ocorrido em 1943 – embora falem alguns esclarecimentos sobre este processo. Em relação ao outro pedido externo, o Solar da Baronesa de Muriaé, deve-se considerar que tal pedido partiu da direção da Academia Brasileira de Letras, sendo o pedido assinado por três de seus membros. Dentre estes, um fazia parte do Conselho Consultivo do IPHAN, não sendo o pedido tão externo quanto parece. No próximo tópico serão tratadas estas particularidades.

Os dois últimos processos se destacam por envolverem setores alheios ao IPHAN e sem relação de posse com o imóvel. Em 1988 o pedido é feito através da

Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima (FCJOL)¹³ e em 2000 por um grupo de pessoas interessadas na preservação do bem construído. Estes processos encontram-se inconclusos.

Quanto à temporalidade dos imóveis, também existem detalhes interessantes pois, se na fase heróica o século XVIII foi eleito por excelência, nota-se que dos bens deste período, um foi destombado, outro aguarda decisão – tendo sido já até sugerido seu arquivamento, estando só a Capela N. Sra. do Rosário do Visconde como exemplar tombado. O século XIX é a datação da maioria dos bens tombados. Eles não constituem o estilo eclético característico deste período, execrado pelos modernistas, mas seguem o estilo colonial de construção.

Pode-se fazer uma observação também quanto à tipologia dos imóveis. Rubino (1996:98), em seu estudo sobre todos os processos da fase heróica do IPHAN, afirma a "predominância do imóvel religioso católico, seguido do urbano" e, por outro lado, diz que a "experiência das elites rurais está mal representada". Em Campos, a relação com os imóveis religiosos fica explícita, mas as elites rurais são as mais representadas, visto o predomínio dos solares, localizados em áreas periféricas do município. Estes solares são as marcas da realidade campista nos séculos passados, quando a atividade agrícola, principalmente açucareira, constituía a base da economia local. Vale uma comparação aqui com o estado de Pernambuco, que tinha como interlocutor relacionado ao IPHAN Gilberto Freyre – autor conhecido também por seus trabalhos sobre o período dos solares e casas-grande. Embora nesta região o ciclo da cana-de-açúcar tenha sido marcante em determinado período para o desenvolvimento da economia nacional, imóveis resultantes deste período não aparecem na listagem de bens tombados pelo IPHAN. Foram privilegiados nesta região a arquitetura religiosa, algumas edificações militares e outros edifícios predominantemente urbanos.

Dentre os processos ainda inconclusos encontra-se um princípio de diversificação. Os dois últimos pedidos contemplam um imóvel ligado ao poder estatal e uma obra de engenharia, respectivamente, divergindo do predomínio das igrejas e solares. Como já foi dito, eles são vistos sob alguns dos critérios tradicionalmente utilizados, a antigüidade e a importância histórica.

¹³ Enquanto parte da administração municipal, a FCJOL desenvolve projetos na área cultural e a ela estão ligados atualmente o Museu de Campos, o Arquivo Público, a Casa de Cultura José Cândido de Carvalho e a Biblioteca Municipal.

Percebe-se nesta análise o aparecimento de algumas particularidades. Estas estão ligadas aos fatores específicos de cada processo, incluindo-se aí os atores envolvidos – assunto do próximo tópico.

Constata-se, portanto, que, formalmente, os processos obedeceram à realidade do IPHAN em suas diferentes fases e refletiram as transformações decorridas dentro do Instituto ao longo do tempo.

3.2. As particularidades dos tombamentos

Antes de analisar particularmente as ações que envolvem o interesse de preservação sobre cada imóvel em Campos, importa observar alguns fatores esclarecedores, envolvendo a realidade campista naquele momento. Por meio de uma consulta a exemplares do jornal *Monitor Campista*, veiculados à época do início dos trabalhos do IPHAN foi possível chegar a alguns apontamentos que ajudaram a entender em que circunstâncias se deram os tombamentos.

No ano de 1936, quando começa a se esboçar o que viria a ser o IPHAN, a imprensa campista revela em alguns artigos uma preocupação constante com o progresso urbano da cidade. As grandes chácaras, por exemplo, eram em número cada vez menor, pois estavam sendo divididas para dar lugar a novas construções que vinham atender as necessidades de uma "cidade que trilha[va] a senda do progresso". Por outro lado, Campos também podia contar com ruas mais amplas, lembrando outras grandes cidades. Demonstrava-se alívio no fato de velhos e grandes casarões que ocupavam o centro da cidade estarem desaparecendo: "Sobrados mastodonticos, prédios altos, beiras de telha ostentando ainda por cima os clássicos sótãos reflectindo um tempo colonial que já não deve sobreviver. Felizmente tudo passou. E Campos se moderniza" (*Monitor Campista*, 16/06/1936).

Os campistas não estavam alheios ao advento do Estado Novo, tanto que a passagem de Getúlio Vargas pelo município foi motivo de grande entusiasmo. Pode-se dizer que a cidade também buscava se apresentar de forma nova. As construções em número crescente eram vistas com bons olhos e tudo o que contribuísse para dar novos ares ao espaço urbano era bem vindo. As construções em estilo *art déco*, características deste período brasileiro, começaram a ocupar o centro de Campos. Constantemente, nos jornais, utilizavam-se os termos "esthetica urbana", "esthetica da cidade", etc. Preocupava-se com a iluminação, com a limpeza, com o estado dos parques e jardins, com ruas mais arejadas e com

construções mais modernas. As transformações iniciadas na virada do século XIX para o XX, seguindo os ideais da modernidade, eram cada vez mais necessárias e em tal período não seria diferente.

Em 1937 dá-se prosseguimento às mesmas diretrizes; a municipalidade tinha a intenção de remodelar a cidade, nem que para isso fosse necessário buscar alhures os recursos. Argumentava-se na época:

A cidade conserva ainda hoje aspectos do tempo de Campos colonial. E não é justo que esses aspectos, existentes há cem anos, continuem afrontando a esthetica urbana e collocando Campos ao lado das cidadelas que ainda não se levantaram para o avanço do progresso (Monitor Campista, 14/03/1937).

Existia um certo “movimento” em prol dos melhoramentos no espaço urbano.

Pelo que foi visto, o início dos trabalhos do IPHAN, em fins do ano, não chamam muita atenção e nem sequer são mencionados, assim como qualquer outro assunto a este relacionado, como preservação do patrimônio e sobre imóveis enquanto tal. Isto, pelo menos, neste primeiro momento e através da imprensa. Do mesmo modo, a opinião expressa nos periódicos consultados revela o estilo colonial de arquitetura como um sinal a ser apagado. Muito distante, portanto, da consagração deste estilo como autêntica arquitetura nacional, digna de preservação.

Como regra, as discussões provavelmente passavam por restrito número de atores e ficava reservada a determinados círculos. Como afirma uma nota intitulada “O sr. Getúlio Vargas e os intelectuais”, em nenhum outro governo, estes e os artistas “encontraram igual interesse pela sua existência, igual compreensão da sua importância como constructores dos destinos culturaes de um povo” (Monitor Campista, 06/08/1937). E, embora nos jornais, estes não se manifestassem, pelo menos um destes intelectuais se fazia presente nestes meandros.

Entre os documentos no arquivo do IPHAN, constam diversas fichas relacionadas a imóveis em Campos. Estas traziam informações sobre a localização, a história, o aspecto, o estado de conservação, enfim, uma descrição sumária de imóveis que pudessem despertar o interesse da preservação. Todas estas fichas datavam do ano de 1937 e eram assinadas por Alberto Ribeiro Lamego¹⁴, que

¹⁴ Ao longo do trabalho, além de Alberto Ribeiro Lamego (1896-1985), aparece o seu pai Alberto Frederico de Moraes Lamego (1870-1951), referido algumas vezes somente como Alberto Lamego. O primeiro teve seu trabalho sobre a geologia fluminense reconhecido principalmente em sua trilogia de caráter sócio-geográfico: *O homem e a Restinga*, *O homem e o Brejo* e *O homem e a Serra*. Seu pai foi um grande colaborador da imprensa e historiografia fluminense. Sua obra *A terra goytacá à luz de documentos inéditos*, ainda que deveras narrativa e factual se comparada à historiografia atual, permanece como referência dos estudos realizados sobre a região norte-fluminense, principalmente no levantamento de dados. Como será visto, apesar das informações sobre os imóveis em Campos terem sido dadas pelo filho, o pai é que aparece dialogando diretamente com o IPHAN.

aparecia, portanto, dialogando com o Instituto. Algumas destas fichas foram transcritas neste trabalho a título de informação.

Provavelmente, a partir destas fichas foi feita uma listagem publicada em 1939 (Monitor Campista, 03/08/39). Esta dizia respeito a um inventário, da Secretaria do Interior e Justiça do Governo do Estado do Rio, dos bens em Campos sobre os quais recaía o interesse de preservação pelo SPHAN. Na lista constavam 17 imóveis, sendo alguns já tombados e outros, pela data, tendo já o processo aberto.

“Preservando o patrimônio histórico e artístico fluminense”. “Obras em Campos que constam do lançamento organizado pelo secretário do Interior e Justiça”

NICTEROY, 2 AM – O governo do estado do Rio, por intermédio da Secretaria do Interior e Justiça, vem adoptando uma serie de providencias para preservação do patrimônio histórico e artístico fluminense. Prosseguindo nessas providencias o titular da alludida pasta tornou-se publico as obras que constam do tombamento do serviço do patrimônio histórico e artístico nacional inventariadas em território fluminense. Em Campos figuram os seguintes:

- 1º - Capella de N. S. do Rosario do Sacco
- 2º - Igreja e Seminário da Lapa
- 3º - Igreja de São Francisco (Rua 13 de Maio)
- 4º - Igreja do Carmo (Rua 13 de Maio)
- 5º - Igreja N. S. Mãe dos Homens
- 6º - Santa Casa de Misericórdia
- 7º - Igreja N. S. do Rosário (Praça do Rosário)
- 8º - Igreja do Terço (rua Carlos de Lacerda)
- 9º - Capella N. S. do Rosario de Visconde (Fazenda do Visconde)
- 10º - Matriz de Santo Amaro (Districto de Santo Amaro)
- 11º - Solar do Collegio (Districto de São Gonçalo – tombado)
- 12º - Mosteiro de São Bento (Mussurepe – Margem da Lagoa das Bananeiras)
- 13º - Solar do Visconde (Districto de São Gonçalo – tombado)
- 14º - Capella N. S. do Visconde
- 15º - Solar dos Ayrizes (Margem direita do Parahyba – Tombado)
- 16º - Solar do Braga (Fazenda Velha)
- 17º - Solar de Santo Antonio (Fazenda Grande do Becco)

Esta listagem é importante por, pelo menos, dois motivos. O primeiro é que muito provavelmente os processos de 1938, 1939 e o de 1975, decorrem diretamente dela. Segundo, porque, considerando-se isto como verdade, há uma influência externa nas decisões sobre o patrimônio preservado em Campos; através do ponto de vista e da ação de um indivíduo, com possibilidade de argumentar e acessar o campo de discussões. Sem contar que algumas solicitações de informação ao IPHAN sobre o patrimônio campista partiram da leitura desta lista. Mas, como nem todos os bens relacionados vieram a ser tombados, outros fatores foram determinantes. Para identificá-los faz-se necessário tomar cada bem particularmente. Serão descritas as principais ações envolvendo o tombamento dos bens, apresentando o que se considerou primordial para os resultados de cada processo concluso. Faz-se também uma reflexão sobre os processos em estudo, tomados conjuntamente.

Mapa 1 - Localização dos imóveis tombados em Campos dos Goytacazes

Área: $\approx 4.000 \text{ km}^2$
População: $\approx 500.000 \text{ hab.}$



- Área urbana central de Campos
- 1 Solar dos Airizes
 - 2 Capela de N. Sra do Rosário e Solar do Visconde
 - 3 Solar do Colégio
 - 4 Solar de Santo Antônio
 - 5 Igreja Mãe dos Homens e antiga Santa Casa
 - 6 Solar da Baronesa de Muriaé
 - 7 Igreja N. Sra. Da Lapa
 - 8 Instituto Presídio do Norte do Estado
 - 9 Canal Artificial entre Campos e Macaé



Foto 1 – Solar dos Airizes
(Acervo pessoal)

SOLAR DOS AYRIZES

SITUAÇÃO: Município de Campos. Margem direita do Parahyba.
Uma légua abaixo da cidade.

HISTÓRICO: Construído em princípios do século XIX.

DESCRIÇÃO: Edifício típico dos imensos sobrados das fazendas de Campos no período imperial.

Mede 60 metros de fachada. Parte da ala de oeste já foi demolida, assim como o antigo engenho.

Sem exageros decorativos o frontispício apresenta notável harmonia e equilíbrio.

No interior do solar estiveram até bem pouco a Bibliotheca e Archivo Alberto Lamego, adquiridos pela Municipalidade de S. Paulo para a sua Universidade.

Hoje allí se encontram ainda telas preciosas das velhas escollas flamenga, hollandeza, franceza e ingleza, além de autores modernos. Os seguintes mestres estão representados: Breughel (pae e filho), Teniers (pae e filho), Steen Van Der Neer, Paul Potter, Brower, Both, Clouet, Saverin, Vandervelde, Simon Van der Does, Brill, Poussin, Clovis Arrault, de Laet, Fachinetti, Taunay, de la Rosa, etc., Entre outros desenhos se destaca um estudo de bico de penna de Rafael Sanzio.

MATERIAL DE CONSTRUÇÃO: Esteios de madeira, de lei e tijolos.
Madeiramento de peroba, pau-brasil etc.,

ESTADO ACTUAL: Bom

BIBLIOGRAPHIA: Affonso d'escragnolle Taunay, "Jornal do Comercio"

Gomes Ribeiro, "O Paiz"
Mucio Leão, "Jornal do Brasil"
João Ribeiro, "Jornal do Brasil"
Assis Catheabriand "O Jornal"
Mario de Andrade, "Estado de S. Paulo"
Alberto Lamego Filho "A Planície do Solar e da
Senzala"
"A Noite Illustrada".

30.VI.1937

(Alberto Ribeiro Lamego)

3.2.1. Solar dos Arizes

Este foi o primeiro imóvel tombado em Campos. A iniciativa partiu do IPHAN, tendo a anuência de seu proprietário, Alberto Frederico de Moraes Lamego. Documentos apontam que este mantinha contato com o IPHAN e mesmo não constando como seu o pedido inicial, a carta considerada como anuência traz a seguinte expressão do proprietário: “Apresso-me em pedir a V. Ex.^a a inscrição do referido Solar de Airizes no competente Livro do Tombo (...)” (13/02/40). Logo após o tombamento, a correspondência trocada entre Alberto Lamego e a direção do IPHAN, na pessoa de Rodrigo de Melo Franco Andrade, trata da necessidade de obras no Solar. Na primeira, afirma-se: “como tive ocasião de comunicar-vos pessoalmente, no ano passado, precisa esse solar de reparos urgentes” e já é enviado o orçamento (29/02/40). Em outra ocasião, quando uma ajuda financeira já houvera sido liberada, Alberto Lamego além de prestar relatório sobre as reformas, envia um artigo em colaboração à Revista do SPHAN (31/08/40). Estas passagens revelam uma ligação do proprietário do Airizes com o IPHAN e possivelmente isto contribuiu para que uma edificação desaprovada por opiniões posteriores – como a de Lúcio Costa já mencionada – tenha sido tombada.

É certo que este não foi o único fator determinante. Afora o purismo arquitetônico, a imponência do Solar de Airizes é visível. Notícias e pareceres deixam claro que o conteúdo do Solar, isto é, o mobiliário e principalmente a pinacoteca chamava a atenção por seu alto valor – esta está localizada hoje no Museu Antônio Parreiras, em Niterói¹⁵. Algumas matérias relacionadas a isto, citam sugestões de se transformar o Solar em Museu (A Gazeta, 29/02/40; A Notícia, 07/06/46), dada também a importância de seu habitante mais ilustre, Alberto Lamego. Tais idéias não foram concretizadas e o Solar foi se deteriorando. Relatório de Inspeção elaborado em 05/02/1961 por Edgard Jacintho da Silva e João Pacheco Netto apontam as péssimas condições em que se encontrava a edificação, e que só

¹⁵ Antes da pinacoteca, a biblioteca, também de alto valor, havia sido vendida em 1935. A Coleção Alberto Lamego que incluía manuscritos raros, mapas, periódicos, etc, formada principalmente no período em que Lamego viveu na Europa, pode ser consultada hoje no Instituto de Estudos Brasileiros/USP. A Coleção foi vendida ao Governo do estado de São Paulo para constar do acervo da USP, em 1935. Affonso D'Escragnoille Taunay foi o intermediador nas negociações, sendo que a transação foi efetuada definitivamente por Mario de Andrade, em Campos. É provável que este contato com Mario de Andrade tenha sido o primeiro passo para a futura relação de Lamego com as questões do patrimônio e com o IPHAN. Andrade afirma, em correspondência de 1936 ter sugerido o nome de Lamego para integrar a Comissão de Tombamento para o estado do Rio de Janeiro (para maiores detalhes ver Soffiati, 1992). Esta Comissão nunca chegou a existir, visto que Comissões Estaduais constavam apenas no anteprojeto de 1936, de Mario de Andrade, que não foi aprovado em sua íntegra, e sim modificado dando lugar ao decreto lei 25/37.

deveriam ser aplicados recursos em seu favor, depois de discutida a utilização do prédio. Em 16/07/1971, o mesmo Edgard Jacintho, em resposta a pedido de informação por parte do Deputado Walter Silva, sugere o cancelamento da inscrição do bem em função da "alienação da pinacoteca e mobiliário que compunham o próprio recheio desta casa-grande e constituiu na ocasião a justificativa primordial do tombamento". Parecendo se apoiar na opinião de Lúcio Costa, ele declara: "A edificação em si não conta com aquelas excepcionais qualidades exigíveis para a manutenção do 'status' de monumento nacional". Pela documentação, aquela não foi a justificativa primordial, embora fique claro que teve um certo peso.

Não está se afirmando aqui que o Solar do Airizes foi tombado somente porque o proprietário estava em contato com o Instituto, mas sim que a existência de uma pessoa detentora dos referenciais de preservação, reconhecendo em sua propriedade um valor digno de preservação foi determinante para que este alcançasse o 'status' de monumento. Além de ser considerado a influência do que havia no interior do edifício; pinacoteca e mobiliário, reconhecidos por seu alto valor, pertencentes a um intelectual de prestígio.



2



3



4

Foto 2 – Capela N. Sra. do Rosário do Visconde
(Acervo pessoal)

Foto 3 – Solar do Visconde
(Fazenda do Visconde, s/ autor, Arquivo Noronha Santos/DID/IPHAN, nº 19963/s.neg.; 5061958.jpg)

Foto 4 – Solar do Visconde e Capela N. Sra. do Rosário do Visconde
(Fazenda do Visconde, Eric Hess, Arquivo Noronha Santos/DID/IPHAN, nº 19965/s.neg.; 5061957.jpg)

CAPELLA DE N. S. DO ROSARIO DO VISCONDE

SITUAÇÃO: Fazenda do Visconde. Campos.

RESUMO HISTORICO: Construida em principios do século XVIII

DESCRIÇÃO SUMMARIA: A Capella, quer na sua feição externa quer internamente é uma Construcção tipicamente colonial.

O frontão da fachada, com as suas volutas e ornatos outros de estylo barroco, denota uma sobriedade altiva, propria da velha fidalguia lusa que o fez construir.

Internamente, o mesmo aspecto é ainda patente. O altar mór entretanto é pobre.

A commoda da sachristia é do tempo dos Visconde.

As pias de agua benta são duas conchas finamente esculpidas em marmore crême e a do Baptisterio é cavada num grande bloco de marmore branco.

As molduras das portas dos pulpitos, denotam certo gosto decorativo.

MATERIAL DE CONSTRUÇÃO: Tijolo.

ESTADO ACTUAL: Perfeito

30.VI.1937

(Alberto Ribeiro Lamego)

SOLAR DO VISCONDE

SITUAÇÃO: Municipio de Campos. Districto de S. Gonçalo.

RESUMO HISTORICO: O edificio data dos principios do século passado.

Foi construido em substituição ao antigo predio da Velha Fazenda dos Viscondes de Asséca, descendentes de Salvador Correia de Sá e Benevides, donatarios da Capitania da Parahyba do Sul.

A Fazenda do Visconde prende-se á Historia de Campos por ser fóco solarengo de onde partiram todas as perseguições ao povo campista e que culminaram na revolta de 1748, tendo á frente a heroína Benta Pereira.

DESCRIÇÃO SUMMARIA: O curioso deste edificio é ser elle uma transição entre o engenho e a usina. A Usina do Visconde, hoje desmantelada, era colada á moradia dando nelle acesso pelo interior.

Além disso, o próprio estylo do predio, acaçapado, com o seu vasto telhado baixo, as suas vinte e duas janellas de fachada é typico das velhas residencias coloniaes campistas.

Sob este ponto, Visconde é uma verdadeira curiosidade historica.

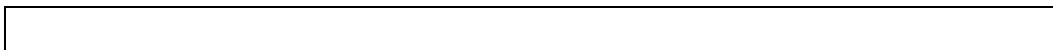
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO: Tijolo.

ESTADO ACTUAL: Perfeito

BIBLIOGRAPHIA: Sobre a Fazenda do Visconde ver Alberto Lamego, "Terra Goytacá".

30.VI.1937

(Alberto Ribeiro Lamego)



3.2.2. Capela de N. Sra do Rosário do Visconde

Assim como o Solar de Airizes, este imóvel também foi tombado por anuência. Não existem indícios de contatos anteriores entre o proprietário e o IPHAN. De qualquer forma, a carta que é considerada concordância ao ato é um pedido de autorização para realizar obras na Capela, em que o proprietário Francisco Pereira de Miranda Pinto, usa o termo “Egreja tombada”, o que demonstra que por algum motivo (talvez a listagem, ou notificação enviada anteriormente) ele já considerava sua propriedade um patrimônio. Estas obras solicitadas só foram finalizadas em 1945, já sob os cuidados do inventariante dos bens de Francisco P. M. Pinto, Gregório Pereira de Miranda Pinto. Em fins dos anos 60, a Capela passa por novas reformas, desta vez, custeadas, em parte, pelo SPHAN. Embora este tombamento tenha se dado nos mesmos moldes do Airizes, no que diz respeito ao reconhecimento do proprietário do valor de seu imóvel, não se recorre em primeiro momento ao IPHAN para custear sua manutenção, nem há uma ligação estreita entre as partes.

3.2.3. Solar do Visconde

Este imóvel, juntamente com a Capela N. Sra. do Rosário, pertencia à Fazenda do Visconde. Consta que o tombamento deste imóvel resulta do mesmo processo da Capela (174-T-39), apenas em datas e registros diferentes. Analisando este processo percebeu-se que nenhuma informação sobre o Solar é dada, com exceção de uma certidão expedida, a pedido do proprietário, por Judith Martins em 1944 afirmando que o Solar não era tombado, apenas a Capela. De acordo com o banco de dados do IPHAN, o Solar foi tombado em 1943 e está registrado sob o número 295-A do Livro de Belas Artes. Pode-se constatar neste registro que o tombamento do Solar é classificado como voluntário, a pedido de seu proprietário Gregório Francisco de Miranda Pinto.

Existem alguns problemas evidentes. Primeiro que Gregório F. M. Pinto só passa a ser proprietário dos bens em 1944 (pelo menos só neste ano é que o fato foi comunicado), e no mesmo é expedida a certidão negativa – sendo o tombamento de 1943. Para a primeira questão aparentemente não há uma resposta. Já para a segunda há a possibilidade de um equívoco na expedição da certidão, pois observando cópia do Livro de Belas Artes, observa-se uma duplicata de registros (tanto que o número do Solar é seguido pela letra A, como acontece com outros). Possivelmente foi observado o registro sem a letra, no qual evidentemente está outro bem registrado.

Este Solar não existe mais. Não foi possível recuperar informações sobre seu desaparecimento, em que período ocorreu e em que circunstâncias. Não havendo no processo informações sobre seu pedido de tombamento, ou quaisquer outros dados a respeito, uma análise desta ação fica comprometida.



Foto 5 - Solar do Colégio
(Acervo pessoal)

SOLAR DO COLLEGIO

SITUAÇÃO: Município de Campos. Districto de S. Gonçalo.

RESUMO HISTÓRICO: Construído em fins do século de seiscentos pelos Jesuítas. Teve notável importância na história de Campos, quer quanto à missão civilisadora dos padres em relação aos índios, quer pela influência dos mesmos nos destinos da Capitania da Parahyba do Sul. Muitos foram os sucessos históricos desenrolados em torno deste Solar, cuja descrição se encontra na "Terra Goytacá" de Alberto Lamego, e que não cabem neste pequeno resumo.

Quando foram expulsos os religiosos por Pombal, e os bens da Companhia postos em praça, Collegio foi arrematado pelo Coronel de Milícias Joaquim Vicente dos Reis.

Entre outros personagens históricos saídos da família do Collegio, destaca-se o vulto inconfundível do Almirante Saldanha da Gama que ali passou a sua infância e accorria ao Solar sempre que tinha folga.

Na Capela do Collegio, sob o altar do Espírito Santo está enterrada Benta Pereira a grande heroína campista.

O Collegio é por seus attributos artisticos e sua herança histórica um verdadeiro monumento nacional.

DESCRIÇÃO SUMMÁRIA: Já tivemos ocasião de historiar o Collegio e descrever a sua architectura num pequeno livro nosso. "A Planície do Solar e da Senzala". Vamos repetir agora sómente alguns detalhes.

O predio é massivo, no estylo dos antigos conventos, de paredes espessas.

No interior guarda tanto quanto a parte externa todo o cunho primitivo. Os quartos com pesadas camas de jacarandá torneado. As janellas conservam os poiaes do tempo dos jesuítas, e as bandeiras são pesadas e com almofadas. Há nichos de santos cavados nas grossas paredes, um lavabo em marmore de Lioz typicamente barroco, e o pateo com suas paredes escurecidas pelo tempo, os seus ladrilhos primitivos, a cimalha em dupla moldura decrescente, o telhado com biqueiras reviradas, dão-lhe um puro ar colonial.

(...)

A torre da capella ainda ostenta no topo uma bandeirola em metal com as iniciais I.H.S. dos Jesuítas. O frontão da fachada tem uma medalha as datas de 1803 e 1934. Datas de reformas. O painel do altar mór era uma obra prima de talha dourada. (...) Ficando varios annos aberta ás intemperies, os altares da capella foram grandemente danificados.

Na reforma de 1934, o painel do altar mór que conservara todo o seu esplendor, no ouro velho e no minucioso rendilhado em madeira lavrada, só pôde ser parcialmente aproveitado, não dando mais idéia do que foi.

Uma aberração gritante é ter sido o telhado renovado com telha franceza.

A pia do Baptisterio é talhado num só bloco de marmore de cerca de um metro de diametro por quasi tanto de profundidade. A velha sacristia tem um interessante tecto apainelado com florões a zarcão e azul, e duas cartellas com disticos latinos.

MATERIAL DE CONSTRUÇÃO: Tijolos.

REPAROS URGENTES: Assoalhar de novo a ala dos fundos. Consolidar dois pilares que sustentam o fundo da ala esquerda.

Reparos no tecto da sacristia procurando salvar o painel do tecto se possível.

Reconstrucção da escada da torre. Remoção das telhas francezas da capella substituindo-as por telhas communs antigas.

BIBLIOGRAPHIA: Alberto Lamego "A Terra Goytacá"

Alberto Lamego Filho "A Planície do Solar e da Senzala"

Couto Reis "Descrição Chorographica e Chronologica dos Campos dos Goytacazes", 1785. (original manuscripto do Archivo Alberto Lamego, hoje na Bibliotheca da Universidade de S. Paulo)

30.VI.1937

(Alberto Ribeiro Lamego)

3.2.4. Solar do Colégio

Este Solar, situado no mesmo distrito em que se encontra a Capela do Rosário, constitui um dos mais antigos remanescentes da ocupação da região. No tombamento deste bem, chama a atenção o fato de que as notificações levaram praticamente oito anos até chegarem ao seu destino. Isto só foi possível quando solicitada a ajuda de Alberto Lamego para fazer a entrega. Após o tombamento não se constatam relações entre os proprietários e o IPHAN. E ao que parece, o imóvel continuou com sua função de moradia por um longo período. Ocorreu, posteriormente, a desapropriação do imóvel pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro pelo Decreto nº 1.286, de 29/05/77, mas ao que tudo indica uma destinação específica não foi dada. De acordo com uma carta de Antônio Guilherme Barros March, em 13/02/87, que narra a vida de seus antepassados naquele local, inclusive sua própria infância, a ação de desapropriação só foi efetivada em 1984. A carta faz um pedido para que alguma atitude fosse tomada em relação à situação caótica em que o imóvel se encontrava. Alguns meses antes da missiva, em 08/10/86, uma outra descendente dos antigos ocupantes do Solar, M^a de Lourdes Barroso Tinoco, apela, através de carta, em favor do Solar do Colégio, às Organizações Roberto Marinho que realizava, na ocasião, restauração em velhos monumentos históricos (O Globo, 08/10/86).

Interessa notar que, enquanto a primeira carta denuncia o abandono após a desapropriação e a segunda afirma o roubo de elementos do Solar por pessoas inescrupulosas. Outros documentos fazem um contraponto, enfatizando outros aspectos. O relato de uma vistoria em 1984, assinado por Glauco Campelo, então Diretor da 6^a CR, afirma o estado de abandono da casa e capela, e cita um processo administrativo, decorrente da desapropriação, em que se afirma: “ficou evidente a intenção do Estado em adquirir os bens desapropriados e o desinteresse dos proprietários negando-se a permitir a entrada do avaliador designado pelo Juiz” (Comunicado Interno, 20/08/84). Já matéria do jornal O Globo, de 06/07/84, afirma que dois altares, retirados pelos herdeiros do Solar foram apreendidos em um antiquário no Rio de Janeiro. Não se entra aqui no mérito das contradições, em que ora os descendentes defendem o imóvel, ora outros são acusados de contribuir para o problema, pois não há elementos para tal análise e é certo que diversas reportagens no ano de 1987 (Folha da Manhã, 07/05/87, 31/05/87) denunciavam o total abandono do imóvel, estando aberto e sofrendo saques de material, violação

dos túmulos na capela, etc. Percebe-se que esta edificação sensibilizou alguns setores, na medida em que se encontrava em acelerado processo de destruição e risco de desaparecimento. Mas este interesse só partiu, até onde revelam os dados, do Departamento de Cultura do Município de Campos que tentava algumas ações de preservação naquele momento, e por parte de pessoas envolvidas sentimentalmente com o imóvel.



Foto 6 – Solar de Santo Antônio
(Acervo pessoal)

SOLAR DE SANTO ANTONIO (ou Fazenda do Becco)

SITUAÇÃO: Estrada de S. Gonçalo. Campos

HISTORICO: Deve datar dos principios do século passado. Nelle foi offerecido um baile a familia Imperial.

DESCRIPÇÃO: É uma das mais bellas construcções solarengas de Campos. A sua entrada fez-se por um lance de escadaria que dá para um pateo com gradis em ferro artisticamente trabalhados.

Interiormente tem um pateo. Um de seus quartos tem as paredes forradas de jacarandá.

O pequeno campanario existente a seu lado é igualmente antigo. Uma gravura do Solar de Santo Antonio em 1854, já o dá com o mesmo aspecto de hoje, com os seus gradis, o seu campanario. Não houve portanto reforma.

Foi ultimamente Seminario Diocesano.

ESTADO ACTUAL: Bom

BIBLIOGRAPHIA: João Barreto, "Anuario Campista", 1920

30.VI.1937

(Alberto Ribeiro Lamego)

3.2.5. Solar de Santo Antônio

Esta edificação, também chamada de Fazenda Grande do Becco, é atualmente conhecida como Asilo do Carmo, por nela funcionar tal instituição. O primeiro documento que consta no processo é o pedido de informações ao IPHAN por parte do Sr. Cardoso de Miranda, Secretário do Interior e Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Este afirmava ter recebido uma listagem dos bens preservados pelo IPHAN em que o Solar de Santo Antônio não constava, dado discordante de uma relação anterior à qual tivera acesso. Ele informava que estavam sendo realizadas “obras de vulto” que poderiam atentar contra as características do prédio. Percebe-se que o interesse no bem era de cunho pessoal, pois ele pedia “para o velho casarão onde [nascera] e onde nasceram [seus] Paes e Avós a proteção de V. Excia., uma vez que se trata de magnífico e raro exemplar da nossa melhor arquitetura colonial”. Ele ainda apontava para o fato de que informações equivocadas tinham sido dadas para “evitar o tombamento, que muitos ignorantes supõem desapropriação”. A carta, datada de 19 de julho de 1939, também informava que o Solar havia sido doado ao Asilo do Carmo.

A resposta concedida pelo IPHAN foi que o bem estava tombado provisoriamente (de acordo com a notificação nº 265 de 25/07/38, sem resposta). Pedia-se para verificar a data da doação para se verificar a necessidade de mandar outra notificação ao Asilo e ainda informava a ida de técnicos a Campos. Esta resposta é do ano de 1939, mesmo ano de envio de novas notificações.

Foi neste ano que o Asilo começou a funcionar no imóvel. Em novembro, o jornal “Monitor Campista” traz a notícia da nova instalação. Lembrava que o prédio estava arrolado entre os monumentos destinados a proteção do governo. “E, na realidade, suas tradições que datam de mais de um século, suas linhas singelas, largas, lembrando o estylo colonial, e sua architettura marcante da influencia da época em que foi construído, lhe dão este legitimo direito”.

Em março de 1940, o relatório de inspeção de Joaquim Cardozo informava que o Solar estava passando pelas reformas necessárias à instalação do Asilo, e que “com exceção dos novos rebocos, da pintura de algumas portas e janelas e da construção dos novos forros, [tinha-se], em geral, obedecido a boa linha antiga do edificio”.

Em novembro de 1940, Cardoso de Miranda voltou a enviar informações sobre o Solar. Afirmava que apesar de muito bem restaurado, foi posto um letreiro

que agredia a arquitetura do edifício. Em resposta no mês seguinte a diretoria do SPHAN comunicou que poderia tomar algumas providências, mesmo não estando ainda o edifício tombado definitivamente. Para tanto, pedia mais esclarecimentos e se possível uma fotografia. Mesmo o informante não possuindo tal prova, enviou nova correspondência descrevendo o letreiro, explicando que este se encontrava na fachada do edifício, sob o beiral, alterando as características do prédio. Este considerava que um pedido do SPHAN para que se retirasse o letreiro e a advertência sobre possíveis futuras obras daria bons resultados. Isto foi feito, como informou a direção do SPHAN, em carta de 27 de dezembro de 1940.

Em 1943, é pedido ao Sr. Cardoso de Miranda informar o nome do representante legal do Asilo; informação que logo foi disponibilizada. Como a nova notificação também não foi respondida, foi pedido a Alberto Lamego que encaminhasse a mesma em 02/10/43. A ação foi realizada e sem pronunciamento dos interessados, o bem foi tombado em 24 de julho de 1946.

Vê-se neste processo, a contribuição de dois agentes, no caso o Cardoso de Miranda que estabeleceu um diálogo com a instituição, fornecendo informações e contribuindo para o andamento do processo. E mais uma vez Alberto Lamego apareceu como colaborador na entrega das notificações.



Foto 7 – Igreja Mãe dos Homens e antiga Santa Casa
(Igreja Mãe dos Homens, Eric Hess, Arquivo Noronha Santos/DID/IPHAN, n.º 20036/s. neg.; 50161956. jpg)

IGREJA DE N. S. DA MÃE DOS HOMENS E
SANTA CASA DE MISERICÓRDIA

SITUAÇÃO: Cidade de Campos. Praça S. Salvador.

RESUMO HISTORICO: A igreja foi iniciada pela respectiva irmandade N. S. Mãe dos Homens em 1786.

Em 1790 ainda não estava terminada mas se prestava aos serviços religiosos. O seu lado que hoje faz frente á Rua Alberto Torres servia de hospital.

A construcção da Santa Casa, annexa, foi resolvida em 1805, mas só em 1829 deram impulso á obra, que foi inaugurada em 1 de julho de 1838.

No interior da Santa Casa há varios retratos antigos de personagens historicos de Campos e uma linda e perfeitamente conservada cadeirinha que foi encontrada na torre da igreja.

DESCRIÇÃO SUMMARIA: A fachada da igreja é a mais interessante das de Campos, mas está condemnada pela Prefeitura por se achar fóra do arruamento. O Serviço do Patrimônio deve se esforçar para que ella seja conservada, dado não só o interesse artístico como não ser o trafego prejudicado.

O interior da igreja nada offerece de notavel, a não serem os altares laterais em obra talha.

O tecto, um tanto arruinado, tem ornatos simples em madeira lavrada. Uma das curiosidades da Santa Casa é a "roda dos expostos". As crianças ao atingirem oito anos eram transferidos para o Asylo da Lapa.

AUTORIA: Projecto do Major Pedro de Alcantara Bellegarde, modificado pelo Major Domingos Monteiro quando iniciou a sua construcção._

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA IGREJA: Regular_

REPAROS URGENTES: Ligeiros concertos nas tábuas do tecto

BIBLIOGRAPHIA: Julio Feydit, - Obr. cit.

Teixeira de Melo. - "Campos dos Goytacazes" Rio, 1886
Alberto Lamego: "Santa Casa de Misericórdia de Campos"
Folha do Commercio" 1933

30.VI.1937

(Alberto Ribeiro Lamego)

3.2.6. Igreja Mãe dos Homens e antiga Santa Casa

Este caso ilustra a vontade de se preservar um imóvel e também as forças que agem em sentido contrário, movidas por outros interesses. Torna-se necessário, assim, relatar não só as circunstâncias do tombamento, mas também do destombamento. Como já foi dito, havia um interesse prévio em se preservar a Igreja e antiga Santa Casa. Mas, somente com a ameaça mais iminente de destruição é que seu tombamento foi agilizado em 1956. O pedido por meio de um documento encaminhado à consideração superior, pelo chefe da Seção de História, Carlos Drummond de Andrade, se fez nos seguintes termos:

Reconhecidos como foram os requisitos de valor histórico e arquitetônico da antiga Santa Casa de Campos, e da igreja contígua de N. Sra. Mãe dos Homens, torna-se conveniente proceder à inscrição desse conjunto no Livro do Tombo nº 2, com o que se evitará, de resto, a possível demolição das duas construções do século XIX para dar lugar a um edifício de tipo comercial, como se pretende.

No mesmo dia manifestou-se a direção de acordo, mandando-se expedir a notificação. Interessante notar que à época nada apareceu nos jornais consultados.

Anteriormente, algumas matérias publicadas em diferentes jornais questionavam o destino que teria este prédio quando a Santa Casa construísse sua nova sede, fato que se vinha tentando desde o final dos anos 30. Até se aventou a possibilidade da administração municipal funcionar no edifício (A Gazeta, 20/12/1940; O Jornal, 06/01/1953; O Dia, 12/03/1944). A obra só foi empreendida uma década depois e, tendo a Santa Casa ocupado sua nova sede, o imóvel tornou-se um entrave à administração desta instituição.

Este imóvel voltou a ser assunto de interesse da imprensa em 1961, pois em maio daquele ano, através de um despacho do presidente Jânio Quadros, foi cancelada a inscrição do imóvel no respectivo Livro do Tombo. Um Relatório de inspeção assinado por Edgard Jacintho da Silva e João Pacheco Netto, em 05/02/1961, deixa claras as intenções da retomada de ações que se vinham realizando para conservação do imóvel. De acordo com eles, era imprescindível que fosse discutida uma utilização “compatível não só com a nobreza do monumento como também ao custo vultoso dos reparos que [estava] a carecer”. A sugestão era que se aproveitasse para uma escola superior, a partir do conhecimento da existência deste problema na cidade.

Na ocasião, o Provedor da Santa Casa, Manoel Ferreira Paes, foi procurado para que a ele se expusesse o problema existente e se fizesse a sugestão. “Antes de seu pronunciamento, o sr. Provedor (...) expressou a sua indignação pelo prejuízo

que o tombamento [tinha] causado ao patrimônio da instituição, tanto maior quanto se acha[va] a mesma em grande dificuldade financeira (...). Era necessário afastar as restrições impostas pelo tombamento, para haver algum retorno financeiro, fosse vendendo a área ou construindo um imóvel que gerasse renda. Disse que pessoas haviam até se oferecido para incendiar o imóvel, sendo isto repudiado por ele. Diante da sugestão, mostrou-se disposto a aceitá-la, visto a possibilidade de um estabelecimento de ensino superior na cidade. O governo, no entanto, deveria indenizar a instituição proprietária pela desapropriação. Ficou acordado que tal alternativa seria buscada por ambas as partes.

Não aparece dentre os documentos oficiais uma descrição das ações tomadas quando do destombamento. Consta na Ata do Conselho Consultivo reunido no dia 13/06/1961 a informação de que o Presidente da República

atendendo a uma representação assinada pelo Senhor Governador do Estado do Rio de Janeiro e outras autoridades e pessoas gradas fluminenses, determinara o cancelamento da inscrição do edifício da Santa Casa de Campos nos Livros do Tombo, despacho esse do qual a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tomara a iniciativa de pedir também seja reconsiderado (...).

Anexada ao processo está a carta escrita pelo Diretor do IPHAN, em 5 de junho de 1961, ao Presidente Jânio Quadros. Rodrigo M. F. Andrade argumentava acerca da importância do imóvel enquanto “o mais importante dos remanescentes arquitetônicos da opulenta vila de São Salvador dos Campos dos Goytacazes”. Ressaltou-se o valor histórico e arquitetônico e que as restrições no uso não poderiam constituir motivo para se subverter “o regime de proteção ao patrimônio histórico e artístico do país, consagrado no artigo 175 da Constituição Federal”.

Na cidade, as publicações na imprensa apoiavam a ação destruidora. Acusava-se o IPHAN de tombar o bem e não fazer nada para conservá-lo, e que tal ação tinha arruinado os planos de se construir um amplo edifício com lojas, escritórios e apartamentos para retirar dele “apreciável renda”. Ao final, a matéria sugere que seria bom se o Ministro da Educação, Brígido Tinoco, de passagem pela cidade

visse, com os próprios olhos, o pardieiro da Praça das Quatro Jornadas, que o Serviço do Patrimônio arrolou e pretende conservar, transformar em monumento, mais nada fez para isso (sic). E, se o governo se apossa do imóvel como dele, justo seria que indenizasse a Santa Casa. Mas nada articulou também a esse respeito (Monitor Campista, 04/06/61).

Ao final do mês de junho ‘comemora-se’: “Livre o velho hospital da Santa Casa: surgirá na sua área um novo edifício de muitos andares”. O artigo retoma o dia em que o ministro esteve em Campos e visitou o imóvel, ficando impressionado com o

que vira. Ficam esclarecidas as circunstâncias em que se desenrolou a ação, resultante na satisfação dos propósitos do Provedor que “vinha trabalhando para livrar o prédio do tombamento”. Disse que este foi convidado pelo Ministro Brígido Tinoco para irem a Brasília. Lá encaminhou o assunto e “muito se interessou por fosse o objetivo do Sr. Ferreira Paes atingido”. Afirma-se que o Ministro também ouviu o Diretor do IPHAN Rodrigo de Melo Franco que fez considerações contrárias, levando o Ministro tal assunto ao presidente. “E daí o seguinte despacho do sr. Jânio Quadros: ‘Cumpra a minha ordem no prazo marcado’ – esse é o despacho do presidente Jânio Quadros que não admite ponderações em suas deliberações (...)” (Monitor Campista, 28/06/61).

A descrição deste episódio demonstra claramente as disputas ocorridas, quando o IPHAN teve que se submeter explicitamente à realidade de um governo autoritário. De acordo com o depoimento de Judith Martins, diante de tal autoritarismo na medida do presidente, o diretor lhe encaminhou pedido de demissão, não aceito, evidentemente (Fonseca, 1997:143, nota 8). Este fato foi lembrado por Alberto Lamego em artigo que escreveu mais de dez anos depois do ocorrido. Ele afirma ter sido o Provedor Manuel F. Paes, de “conchavo” com o governador Celso Peçanha que conseguiu o destombamento, “tudo isto feito em sigilo com os conhecidos subterfúgios da politicagem, para que não tendo conhecimento, pudesse o Patrimônio impedir a tempo a sinistra obra das picaretas” (...). E segue: “O golpe traiçoeiro que ocasionou a demissão de Rodrigo Melo Franco de Andrade e estou certo que contribuiu para a sua morte prematura, é ainda uma ferida aberta no Serviço do Patrimônio” (A Notícia, 02/03/1973).

Percebe-se, neste caso, a ação clara das dimensões que envolvem a delimitação do patrimônio. O objetivo de preservar esbarrava nas motivações econômicas, e nota-se que esta dimensão tão incorporada ao patrimônio atualmente não foi considerada à época. O retorno econômico só viria com a “libertação” do imóvel das “penalidades” do tombamento.



Foto 8 – Solar da Baronesa de Muriaé
(Acervo pessoal)

SOLAR QUE FOI DA BARONESA DE MURIAÉ, DA
ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

Trata-se de um solar rural, sede do antigo engenho de açúcar localizado próximo à cidade de Campos, à margem do rio Muriaé.

A casa, doada há poucos anos à Academia Brasileira de Letras, deverá ser restaurada por esta, para se destinar a uma função cultural.

Edificada em 1844, o Imperador D. Pedro II hospedou-se nela em 1847. Abandonada há muitos anos, e em mau estado de conservação, poderá, no entanto ser restaurada, graças à documentação fotográfica feita há anos atrás. A capela interna, que abrange parcialmente dois pavimentos, apresenta disposição rara, e abriga boa talha de altar, recuperável.

AUGUSTO C. DA SILVA TELLES

1978/79

3.2.7. Solar da Baronesa de Muriaé

A proposta de tombamento do Solar da Baronesa de Muriaé se fez através de um documento manuscrito nos seguintes termos:

“Renato Soeiro, gostaríamos de propor o tombamento do Solar da Baronesa de Muriaé, em Campos, doado à Academia Brasileira por João Cleófas, e cuja restauração escrupulosa a Academia promete e assegura. Pedro Calmon, Afonso Arinos, Viana Moog. Rio 3.12.73.”.

Correspondências foram trocadas com a Academia Brasileira de Letras, inclusive na pessoa de seu presidente, Austregésilo de Athayde, e foram anexados textos com informações históricas acerca do imóvel.

Na 63ª Sessão Ordinária do Conselho Consultivo do IPHAN, em 28/03/74, consta em ata que Pedro Calmon, na qualidade de Conselheiro, transmitiu “o apelo do Presidente da Academia Brasileira de Letras, Austregésilo de Athayde, a fim de que [fosse] o mais breve possível decidido o tombamento do Solar da Baronesa de Muriaé”.

Em 20 de abril de 1974, foi elaborada a Informação nº 135 pela Chefe da Seção de Arte, Lygia Martins Costa. Neste documento afirma-se que a proteção do Solar da Baronesa foi sugerida pela primeira vez em fins de 1940 por Cardoso de Miranda e lembrada em 1942 pelo jornalista Anselmo Macieira. De acordo com a matéria, o jornalista sugeria a criação do Museu Fluminense de Cana de Açúcar, pedindo, para tanto, o apoio do governo estadual. Neste período foi realizado um levantamento fotográfico. Lygia Martins afirmou no documento:

Embora não impressionasse então, visto que em seus primeiros anos de trabalho e seleção para tombamento, rigorosa, se limitava ao que era de fato mais expressivo no país, o documentário reunido toma outro valor hoje, não apenas porque já interessa preservar valores que sem serem excepcionais vão se rareando, mas também porque o século XIX, à medida que passam os anos, mais se integra no contexto histórico.

A Informação traz ainda descrições sobre os aspectos físicos e recomendações para o desenvolvimento do processo. Este documento foi utilizado para o parecer do Conselheiro Paulo F. Santos, Relator no Conselho Consultivo. Além disso, ele discorreu sobre a apresentação do pedido

“pelo ilustre Dr. Austregésilo de Athayde, Presidente da Academia, que formaliza proposta coletiva dos não menos ilustres acadêmicos, Pedro Calmon, Afonso Arinos e Viana Moog, em que, em nome da Academia, se 'promete e assegura' 'restauração escrupulosa'”.

E ainda: “Só com o partir de tão eminentes personalidades se credenciou para ser atendido o tombamento (...)”.

Na ata da 64ª Sessão Ordinária do Conselho Consultivo do IPHAN datada de 18 de julho de 1974 consta que o Conselho deliberou, por unanimidade, proceder ao tombamento. No dia 19 de julho o Solar foi tombado.

Percebe-se a inclusão de novos valores manifestada pela Informação da funcionária do IPHAN. Por outro lado constata-se que a origem do pedido teve relevância no atendimento deste, ao mesmo tempo em que a certeza de restauração, cuidado e utilização do imóvel também foi determinante.

* * *

À vista destes tombamentos fica clara a restrição na ação de definição da memória nacional através do patrimônio. Seja por prevalecer a ação dos agentes internos à Instituição, seja pelo acesso limitado a este campo, onde prevalecem os detentores dos conhecimentos específicos dentro deste espaço delimitado por critérios teóricos, técnicos, políticos e econômicos. A memória e a identidade, através do patrimônio, são construídas por poucos.



9



11



10

Foto 9 – Igreja N. sra. da Lapa
(Acervo pessoal)

Foto 10 – Instituto Presídio do Norte do Estado
(Acervo pessoal)

Foto 11 – Canal artificial entre Campos e Macaé
(Acervo pessoal)

3.2.8. Processos em estudo: Igreja N. Sra da Lapa, Instituto Presídio Norte do Estado, Canal Campos-Macaé

Estes processos ainda sem uma definição final podem também explicitar a ação de determinados agentes nas disputas patrimoniais. Sendo estes de períodos distintos – há uma diferença de pelo menos dez anos entre eles – considera-se que as circunstâncias em que se deram os pedidos não eram as mesmas, inclusive dentro do IPHAN.

O caso da Igreja N. Sra. da Lapa chama a atenção por ser um processo aberto em 1975, tendo passado portanto quase quinze anos sem um desfecho. Não consta como se deu o início do processo, apenas afirma-se a necessidade de uma atualização das informações nos anos 70, pois havia interesse em preservar o imóvel. Vale lembrar que ele aparece na listagem publicada em 1939.

Uma vistoria sucinta foi realizada pela arquiteta Lígia Maria de Souza Bentes. Em sua descrição ela afirma estar o prédio em bom estado de conservação e passando por obras de melhoramento que “em nada [havia] alterado o aspecto arquitetônico do conjunto”. A exceção era a troca de algumas portas e janelas e a substituição de algumas peças no interior da igreja (Informação nº 277/75).

A arquiteta relata também o seu encontro com o Dr. Manoel Ferreira Paes, provedor da Santa Casa, o mesmo que “pediu e conseguiu o destombamento do prédio da Santa Casa em Campos”. Com bastante irritação, este permitiu a vistoria, mas pediu que se comunicasse ao diretor do IPHAN que ele era “absolutamente contrário a um possível tombamento e que se o prédio [viesse] a ser tombado nada mais [faria] pela conservação do mesmo (Informação nº 276/75).

Após estas informações aparentemente nada mais é veiculado na Instituição a este respeito. Em 1989, aparece um documento da Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima que, além de tratar de outros assuntos, solicita a agilização dos processos em estudo referentes a Campos, entre estes a Igreja da Lapa.

Em setembro de 1991, a edificação volta à pauta pois a Curadoria de Justiça da Comarca de Campos solicitava uma vistoria em seu entorno, pois estavam sendo emitidos alvarás de construção de prédios residenciais na área. Ao mesmo tempo era indagado se a Prefeitura Municipal de Campos havia consultado o IPHAN sobre o assunto.

A resposta dada em novembro do mesmo ano é baseada na Informação nº 273/91, do arquiteto Mauro Pazzini que constatou a existência de um prédio

residencial na área e a preparação de fundações para um outro. Quanto às características arquitetônicas ele afirma terem sido os elementos “quase que totalmente desfigurados devido as sucessivas intervenções”, além da construção de alguns acréscimos. Informa que havia nos arquivos uma consulta prévia para construção de prédio residencial, mas que à época o IBPC informou não ter nada a opinar. O fato era que a Igreja N. Sra. da Lapa não se encontrava tombada nem provisória, nem definitivamente, não podendo a instituição interferir em obras feitas no imóvel, nem no entorno.

A afirmação de descaracterização gerou a possibilidade de arquivamento do processo, isto já no ano de 1996. O parecer dado em 1997 pela museóloga Gláucia Côrtes Abreu expôs as contradições existentes entre as opiniões expressas nas vistorias de 1975 e de 1991, confrontando também o levantamento fotográfico realizado nas mesmas ocasiões – tal assunto já foi tratado em item anterior. Os elementos apresentados foram considerados insuficientes para o arquivamento, sugerindo-se um parecer técnico, com levantamento fotográfico e de outros dados para uma avaliação mais apurada (Memo DEPROT/IPHAN/RJ 333/97). A partir daí não consta no processo nenhuma ação específica em relação ao imóvel.

Em relação aos outros dois processos não há discussões específicas quanto ao valor dos bens em questão. O pedido de tombamento do Instituto Presídio Norte do Estado, foi encaminhado em 1988, pela Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima (FCJOL). Neste, descreve-se sumariamente o edifício, afirmando a intenção de se instalar nele o “Museu Histórico e o Centro de Documentação de Campos”, o que “viria inegavelmente ao encontro do desejo de toda uma comunidade que a tempo vem lutando por um espaço cultural dessa ordem” (Of. 122/88).

O processo foi aberto e requeridas maiores informações para subsidiar o pedido. Estas só foram encontradas em notícias de jornais que detalhavam os acontecimentos à época. Havia a possibilidade de transferência do Presídio para um novo a ser construído. Uma provável consequência seria a demolição do imóvel, pois localizado em uma área urbana valorizada, o local seria negociado para levantamento de recursos.

Apesar do pedido vir da FCJOL, “a iniciativa foi do ecologista Neivaldo Paes do CNFCN (Centro Norte Fluminense para a Conservação da Natureza), e já conta[va] com a adesão do Departamento Municipal de Cultura (...). Havia um abaixo-assinado a ser enviado ao governador do Estado (O Fluminense, 01/06/88).

A imprensa local informava sobre a idéia de se preservar o prédio histórico, sendo necessária a articulação do poder governamental em seus diferentes níveis para que as negociações culminassem na preservação do imóvel e não em sua destruição. Percebe-se o apoio de outras instituições, do Departamento Municipal de Cultura, além de alguns políticos apelando ao Governo do Estado. Chama atenção a busca de apoio da população com o recolhimento de assinaturas em favor do projeto (Folha da Manhã, 22/05/88; 20/07/88; 10/07/88).

Apesar disto, não há no processo uma continuação após sua abertura. Não se vê troca de informações. Apenas em 1989 a FCJOL pede notícias sobre o andamento dos processos em Campos, como já se disse. O retorno dado informa que o pedido se encontrava no Conselho Consultivo para apreciação. Após isto não consta nenhuma ação específica.

Da mesma forma, sobre o Canal Campos-Macaé, o processo resume-se ao pedido, sua abertura e a solicitação de maiores informações. O que vale a pena ressaltar neste caso é que o pedido parte de um grupo de cidadãos reunidos pelo interesse na preservação do Canal. Percebe-se um certo domínio nos trâmites que envolvem a solicitação de tombamento, pois o pedido é consubstanciado com bastante dados sobre o imóvel, incluindo artigos próprios, matérias jornalísticas, plantas, fotografias, além de outros documentos.

No pedido formula-se um histórico da construção do Canal, informam-se seus limites e é apontada a falta de manutenção e sua poluição por esgoto e outros dejetos. A argumentação também se apóia no anúncio de cobertura do Canal pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro e Prefeitura Municipal de Campos – o que não resolveria o problema da poluição e encobriria o Canal que “se reveste de inegável valor histórico, como uma das maiores obras de engenharia civil brasileira do século XIX, e que pode ser restaurado para finalidades culturais e turísticas”. O tombamento viria impedir sua descaracterização e envolveria um projeto maior incluindo a preservação de outros três canais de navegação da região também datados do século XIX.

Algumas observações internas foram feitas no que se refere a abordar o Canal em sua continuidade, pois este, atravessando vários municípios, possui características distintas nos diferentes trechos: navegável, não navegável, coberto, etc. Afora estas observações, não se registra nos processos outras ações referentes ao bem em questão.

Ressalto aqui que estas informações foram obtidas no ano de 2002, sendo que posteriormente fatos novos podem ter sido acrescentados aos processos. Sabem-se as dificuldades que o IPHAN enfrenta para cumprir seus objetivos. Em 1993, correspondência trocada entre a 6ª Coordenação Regional e o DEPROT, na tentativa de agilizar os processos paralisados desde a Reforma Administrativa, explicita as restrições por quais passava o então IBPC, resultando em priorização de determinadas ações. Processos foram considerados mais urgentes pelo DEPROT (os de Campos não constavam entre estes) e por outro lado, os esforços da 6ª CR estavam concentrados em ações relativas à preservação dos bens já tombados, tendo estes prioridade sobre o tombamento de novos bens.

É possível considerar que os problemas permanecem e o não andamento dos processos a isto está relacionado. É certo que não é possível explicar em sua totalidade os fatores que levam à indefinição, o que se deve priorizar é a mudança do caráter dos processos. Observando estes três especificamente percebe-se uma alteração quanto à participação social. O primeiro pedido parte do IPHAN, o segundo de uma Fundação Cultural do município de Campos e o terceiro de cidadãos interessados na questão. Mesmo ainda restrita, a discussão passa a outras esferas, mas a exemplo dos processos conclusos, não são todos que argumentam neste campo de idéias.

CONCLUSÃO

Considerando o que se apresentou neste trabalho, pode-se responder os questionamentos propostos, reforçando a hipótese de que o tombamento, enquanto prática social, encontra-se restrito no que diz respeito às possibilidades de participação. Isto entendo-se as discussões acerca do patrimônio como um campo de poder, havendo o exercício de um poder simbólico dentro de um sistema de mesma natureza.

Percebe-se que em Campos dos Goytacazes os processos de tombamento seguiram as características já postuladas em outros estudos, de acordo com as diferentes fases do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Isto no que diz respeito à forma dos processos, inicialmente sucintos e posteriormente detalhados, e também aos elementos valorativos utilizados nas escolhas, imóveis de estilo colonial e barroco, predominantemente.

Constata-se que a realidade local influencia na tipologia do imóvel que se preserva, como no caso da representação das elites rurais através dos solares em Campos, que não é um número expressivo quando tomada a realidade nacional. Por outro lado, tal fato agrega um novo valor a estes bens tombados em Campos ao se considerar que representam o ciclo da cana-de-açúcar que teve uma importância histórica no desenvolvimento econômico brasileiro. Observando os bens tombados em Pernambuco, por exemplo, área em que tal atividade econômica foi expressiva, percebe-se sua pouca representação. De 79 bens tombados, apenas duas casas-grande foram tombadas em todo estado. São privilegiadas a arquitetura religiosa, as fortificações militares e as edificações no espaço urbano da capital Recife.

Nos processos em Campos também são exemplificados conflitos internos no que em relação aos valores preservados, havendo opiniões divergentes quanto a conveniência do tombamento no caso do Solar de Airizes e da Igreja N. Sra. da Lapa. Neste ponto pode-se atrelar a questão de quem preserva através do tombamento. Além de se constatar que o poder decisório se encontra nas restritas mãos institucionais, o limitado número de atores participantes neste campo deixa

claras as restrições sociais da ação. Vale lembrar que nem sempre o consenso na escolha por parte do Instituto garante o resultado esperado. No caso da Igreja Mãe dos Homens e antiga Santa Casa, a movimentação interna se deu de forma incisiva no que diz respeito à valorização da edificação, mas forças locais alheias a isto levaram ao destombamento e demolição.

Ao mesmo tempo percebe-se a presença de indivíduos, como Alberto Frederico de Moraes Lamego e, em certa medida, seu filho Alberto Ribeiro Lamego, intelectuais renomados, colaborando para o andamento dos processos e indicando caminhos para se pensar a preservação do patrimônio local. Estes e outros que participam, seja solicitando e enviando informações, seja requisitando a abertura de processos, representam uma pequena parcela da população interessada na questão da definição do patrimônio nacional. Tais participantes só existem na medida em que possuem os referenciais necessários para participar das discussões, para argumentar nestes meandros. Além de intelectuais inteirados da questão, geralmente atuam indivíduos ligados ao imóvel por questões pessoais, econômicas ou de outra natureza específica.

Viu-se que a forma de argumentar e o local de onde se fala às vezes são determinantes para garantir o tombamento, sendo o melhor exemplo neste trabalho, a inscrição do Solar da Baronesa de Muriaé, pelo que foi exposto. É certo também que os atores desempenham diferentes papéis, isto é, existem as ações em sentido inverso, dos não partidários da preservação. Talvez porque não reconheçam importância alguma em tal ato, talvez porque existam mesmo interesses divergentes a serem defendidos.

Comumente ouve-se falar em aura do patrimônio, dado que este, uma vez selecionado, reveste-se de um status especial. Não me referindo ao conceito de aura desenvolvido pelo filósofo Walter Benjamim, recorro aqui a um sentido coloquial do termo aura, no que diz respeito a certas religiões que afirmam a existência de um halo luminoso visto somente pelos iniciados. Fazendo uma analogia, pode-se afirmar que no caso do patrimônio não é muito diferente. Só os iniciados na questão enxergam um valor especial em algumas edificações.

A ausência de discussões se reflete de certo modo na não identificação da sociedade com os bens preservados. Alguns dos imóveis tombados em Campos encontram-se tombando em seu sentido mais usado – trocadilho muito recorrente no que diz respeito à realidade brasileira – estando a população alheia a tal situação.

Torna-se difícil explicar a função agregadora das identidades nacionais se a sociedade não se identifica com o patrimônio selecionado.

É certo que o Estado brasileiro que se reformulava nos anos de 1930 se valeu do patrimônio enquanto fundamento da identidade nacional, e muito do que podemos admirar e reverenciar hoje como testemunho de nossa história se deve à preservação iniciada naqueles anos. Por outro lado percebe-se que uma maior abertura nas definições do patrimônio nacional e a ampliação dos setores da sociedade representados fez-se e faz-se urgente na obtenção de melhores resultados. Isto é, a real identificação de uma nação – este grupo com traços em comum e ao mesmo tempo tão plurais – com os símbolos para ela definidos.

É também verdade que o IPHAN constitui uma instituição atuante em âmbito nacional, o que traz certas complicações ao se discutir valores locais e nacionais. Mas também é fato que não havendo reconhecimento deste valor nacional atribuído ao patrimônio por parte da sociedade, organizada também em termos regionais, torna-se difícil afirmar a existência de uma relação de identificação.

Retomando a importância da memória em relação à construção da identidade, vale a pena perguntar qual memória tem sido preservada nos tombamentos levados a cabo pelo IPHAN. Acredito estar aí parte da resposta para se entender as constantes denúncias de desrespeito ao patrimônio brasileiro.

Observando a realidade campista, pode-se tecer também algumas considerações. O Solar dos Airizes atualmente encontra-se em visível processo de degradação; segundo informações veiculadas na imprensa, o proprietário alega não possuir os recursos necessários para mantê-lo. A Capela N. Sra. do Rosário do Visconde foi recentemente desapropriada pela Prefeitura Municipal de Campos (PMCG) e vem passando por obras de restauração; a população da localidade onde a mesma se encontra nunca deixou de freqüentá-la. O Solar do Visconde desapareceu, e até onde foi possível averiguar, sem deixar vestígios. Uma investigação apurada não foi feita, até porque inicialmente, a partir das informações do processo, acreditava-se não ser este um imóvel tombado pelo IPHAN. O Solar do Colégio, após muitos anos de abandono, foi recuperado nos anos 90 para abrigar a Escola de Cinema da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Tal projeto não foi concretizado e recentemente, após novas reformas, foi ali instalado o Arquivo Público Municipal. O Solar de Santo Antônio permanece abrigando o Asilo N. Sra. do Carmo e vem passando por algumas obras estruturais levadas a cabo

pela PMCG. Da Igreja Mãe dos Homens e antiga Santa Casa não há muito o que se dizer, apenas que, em vez de um edifício de muitos andares, o que tem gerado renda no local é um estacionamento, isto é, um vazio de chão batido compondo a paisagem da praça central da cidade. O Solar da Baronesa de Muriaé foi minuciosamente restaurado à época do tombamento e permaneceu sob cuidados da Academia Brasileira de Letras. Hoje, do Instituto Internacional de Cultura da ABL, projeto que ocuparia a área, só restou o esqueleto em concreto do que seria a maior brasileira do mundo e o Solar encontra-se desocupado, sofrendo com as intempéries e os cupins. Por um período esteve cedido à UENF, mas nenhuma destinação foi a ele dado.

Quanto aos imóveis em estudo, estes seguem esperando uma definição sem nenhum amparo legal para sua preservação, enquanto uma decisão final não é tomada. O presídio não foi transferido como se pensava à época do pedido, por detrás da Igreja N. Sra. da Lapa vê-se já dois “espigões” compondo a paisagem da Curva da Lapa, considerada tão peculiar. O Canal Campos-Macaé em seu trecho urbano ainda agoniza infectado, mas o mesmo grupo que solicitou seu tombamento ao IPHAN, acrescido de mais alguns adeptos, solicitou o mesmo ao INEPAC, tendo sido o Canal tombado em âmbito estadual em fins de 2002.

Vários pontos podem ser levantados. Em primeiro lugar percebe-se que o fator econômico é determinante em algumas circunstâncias. Pode-se considerar que o destombamento e a demolição da antiga Santa Casa decorrem diretamente disto. Por outro lado, alega-se constantemente a falta de recursos para manter o patrimônio cultural, resultando disto imóveis sem manutenção, se deteriorando. Alternativas são buscadas para minimizar o problema e nesta busca outras dificuldades surgem, como a impossibilidade de investimento de dinheiro público em imóveis particulares pela lei de responsabilidade fiscal. E mesmo quando há investimento, os recursos sempre se apresentam escassos diante da realidade encontrada. Ressalte-se o fato de que, apesar da afirmação da aproximação das questões envolvendo a preservação do patrimônio com a chamada indústria cultural, não se percebe em Campos ações nesta direção. O potencial turístico não é aproveitado de maneira incisiva, nem outra ocupação que possibilite geração de renda é procurada. Tais possibilidades exploradas de forma não degradante poderiam constituir uma alternativa ao problema dos custos que envolvem a manutenção dos imóveis.

Percebe-se que a utilização das edificações é fator primordial para garantir as boas condições físicas. Imóveis em uso necessitam de constante manutenção, além de possibilitarem o contato da sociedade e o conseqüente conhecimento de sua história, de sua importância. De nada adianta um prédio restaurado, recuperado, com as portas fechadas sem que se torne público seu valor. Do lado oposto, os prédios que se encontram sem uma destinação são os que enfrentam as piores condições e maior risco de desaparecimento.

Um fato a se considerar é a busca de alternativas para a preservação do patrimônio. No exemplo do Canal Campos-Macaé, enquanto se aguarda uma definição, este se encontra amparado pelo tombamento estadual. Ideal seria se o município também oferecesse tal alternativa, atrelada a uma política cultural com objetivos bem definidos quanto à preservação do patrimônio. As dificuldades aparecem na medida em que possa haver interesses divergentes e também em definir em que mãos estarão o tratamento desta questão. Este imóvel ainda serve de ilustração: enquanto um grupo buscava sua proteção como patrimônio, os governos estadual e municipal anunciavam sua cobertura no ano de 2000, de acordo com um plano urbanístico apresentado posteriormente pela municipalidade. Tal ato não foi levado a efeito, o imóvel encontra-se tombado pelo INEPAC, mas resta a dúvida de saber em que bases serão pautadas a seleção do patrimônio em Campos dos Goytacazes, caso venha a existir o tombamento municipal. Em todo caso, o tombamento não é a única opção, sendo que a preocupação com a cultura local pode passar por outros âmbitos e alternativas.

Da mesma forma, inútil é garantir a integridade física dos bens, se a sociedade não se reflete nestes imóveis. Voltando ao termo utilizado, faz-se necessário “iniciar” os indivíduos nas questões de preservação do patrimônio. Não fornecendo fórmulas prontas e receitas a serem seguidas, mas criando mecanismos para levar à reflexão sobre estas questões, promovendo uma maior inserção social nestes processos. Trata-se aqui em termos de uma educação patrimonial e da ampliação dos campos de debate dentro das instituições públicas.

Talvez a partir de então seja possível perceber uma maior mobilização neste sentido e o patrimônio cultural passe a ser reconhecido e preservado sem a obrigatória necessidade de um título, de um certificado que lhe nomeie.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Fontes

Arquivo Noronha Santos - IPHAN

- Processos

175-T-38; 176 -T-38; 177-T-38; 174-T-39; 890-T-73; 519

- Inventário

Caixa 382, pastas 1472 a 1476

Caixa 383, pastas 1477 a 1479

Caixa 384, pastas 1480 a 1482

- Obras

Caixa 374, pastas 1599, 1600

Caixa 434, pastas 1245, 1256

- Técnico Administrativo

Caixa 091, pasta 106

Caixa 236, pasta 26

Caixa 393, pasta 35

Caixa 404, pasta 01

DEPROT / IPHAN

- Processos

1002-T-75; 1277-T-88; 1462-T-00

Arquivo do Jornal Monitor Campista

- Exemplares referentes aos períodos:

2º semestre/1936	1937	2º semestre/1939	2º semestre/1940
1º semestre/1942	2º semestre/1946	2º semestre/1955	1º semestre/1956
1961	2º semestre/1974		

2. Referências Bibliográficas

- Abreu, R. (1996) Síndrome de Museus? *In: Museu do Folclore Edison Carneiro / Coordenação de Folclore e Cultura Popular, O Museu em perspectiva*. Rio de Janeiro: FUNARTE. (Encontros e Estudos, 2). p.51-68.
- Anderson, B. (1989) *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática. 191p.
- Arantes, A. A. (1987) Documentos históricos, documentos de cultura. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. 22:48-55.
- Bomeny, H. B. (1995) O patrimônio de Mário de Andrade. *In: Chuva, M. (org.) A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN. p.11-25.
- Bourdieu, P. (1998a) Sobre o poder simbólico. *In: _____*. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. p.7-16.
- _____. (1998b) A identidade e a representação - Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. *In: _____*. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. p.132-137.
- Bourdin, A. (1987) *Patrimônio: passado e presente*. Rio de Janeiro: IUPERJ/SBI. Série Estudos, 57. 15p.
- Candau, J. (1998) Le jeu social de la mémoire et de l'identité (2): fonder, construire. *In: _____*. *Mémoire et identité*. Paris: PUF. p.131-173.
- Carvalho, J. S. (1997) Tombamento. *In: _____*. *Manual de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos. p.434-447.
- Cavalcanti, L. (1999) Modernistas, arquitetura e patrimônio. *In: D'Araújo M. C. (org.) As instituições brasileiras na Era Vargas*. Rio de Janeiro: ED. UERJ/FGV. p.179-189.
- Chastel, A. (1997) La notion de patrimoine. *In: Nora, P. (ed.) Les lieux de mémoire*. Paris: Éditions Quarto Gallimard. p.1433-1469.

- Chauí, M. (1992) Política cultural, cultura política e patrimônio histórico. In _____. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. Departamento do Patrimônio Histórico. São Paulo: DPH/SMC. p.37-46.
- Choay, F. (2001) *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP. 182p.
- Cohn, G. (1987) Concepção oficial de cultura e processo cultural. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. 22:7-10.
- D'Araújo, M. C. (1999) Apresentação. In: _____. (org). *As instituições brasileiras na Era Vargas*. Rio de Janeiro: ED. UERJ/FGV. p.1-12.
- Durham, E. R. (1984) Cultura, patrimônio e preservação: texto II. In: Arantes, A. A.. *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense. p. 23-58.
- Falcão, J. (2000) A redução do Brasil: patrimônio histórico virou sinônimo de igrejas barrocas, palácios e casas-grandes. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 04.mai.
- Fonseca, M. C. L. (1996) Da modernização à participação: a política federal de preservação. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. 24:153-164.
- _____. (1997) *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ;IPHAN. 316p.
- Fortuna, C. (1993) As cidades e as identidades: narrativas, patrimônios e memórias. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 23 (8):127-141.
- Giddens, A. (2002) Os contornos da alta modernidade. In: _____. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. p.17-38.
- Gonçalves, J. R. (1988) Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: O problema dos patrimônios culturais. *Estudos Históricos*. 1(2):264-275. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br>, p.1-12.
- _____. (1996) *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN. 152p.

Hall, S. (1996) Identidade cultural e diáspora. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. 24:68-75.

_____. (2002) *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A. 102p.

Hobsbawm, E. (1997) Introdução. In: Hobsbawm, E; Ranger, T. (orgs.) *A invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p.9-23.

IPHAN (1994) *Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros de Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. – 4ª ed. ver. e ampl. – Rio de Janeiro. 252p.

Konder, L. (1987) O Estado e os problemas da política cultural no Brasil de hoje. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. 22:11-17.

Le Goff, J. (1996a) Memória. In: _____. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. p.423-486.

Le Goff, J. (1996b) Documento/Monumento. In: _____. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. p.535-549

Lerner, D. (1998) Experiências de inventário no Estado do Rio de Janeiro. In: Motta, L.; Silva, M. B. R. (orgs.). *Inventários de identificação: um programa da experiência brasileira* – Rio de Janeiro: IPHAN. p.79-89

Lopes, R. C. S. (1987) A propósito de política cultural. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. 22:26-29.

Machado, P. A. L. (1996) Tombamento - instrumento jurídico de proteção do patrimônio natural e cultural. In: _____. *Direito Ambiental Brasileiro*. Rio de Janeiro: Malheiros. p.647-698.

MEC-SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA (1980) *Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: Uma Trajetória*. Brasília.

Miceli, S.; Gouveia, M. A. (1985) Política cultural comparada. Rio de Janeiro: FUNARTE/FINEP/IDESP. 113p.

- Miceli, S. (2001) *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras. p.69-281, 357-368.
- Monnet, J. (1996) O álibi do patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. 24:220-228.
- Nora, P. (1997) Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. In: _____. (ed.), *Les lieux de mémoire*. Paris: Éditions Quarto Gallimard. p.23-42.
- Oliveira, L. L. (1999) Vargas, os intelectuais e as raízes da ordem. In: D'Araújo, M. C. (org) *As instituições brasileiras na Era Vargas*. Rio de Janeiro: ED. UERJ/FGV. p.83-96.
- Pollak, M. (1989) Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. 2(3):3-15. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br, p.1-12.
- _____. (1992) Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. 5(10):200-212. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br, p.1-15.
- Rodrigues, M. (1996) De quem é o Patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. 24:195-203.
- Rubino, S. (1996) O mapa do Brasil passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. 24:97-105.
- Santos, M. (1993) O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 23(8):70-84.
- _____. (1998) Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 13(38):151-165.
- Santos, M. V. M. (1996) Nasce a Academia SPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. 24:77-96.
- Silva, M. B. S. R. (1996) Preservação na gestão das cidades. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. 24:165-174.

Soffiati, A. (1992) *Mário de Andrade e(m) Campos de Goitacazes: cartas de Mário de Andrade a Alberto Lamego – 1935/1938*. Niterói: EDUFF. 170p.

Sousa, M. (2000) *Fascínio e repulsa: Estado, cultura e sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Fundo Nacional de Cultura. 92p.

Teixeira Coelho, J. (1999) *Dicionário Crítico de Política Cultural - Cultura e Imaginário*. Iluminuras. 383p.

_____. (1986) *Usos da cultura: políticas de ação cultural*. Paz e Terra. 124p.

www.iphan.gov.br/ - Homepage Oficial do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional